



Anais da Assembléia

Nº 29

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 38ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA)
REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1976

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Fabiano Braga Cortes e Leopoldo Jacomel.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, e Werner Wanderer (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Ernesto Dal'Oglio, José Domingos Scarpelini, Luiz Alberto Oliveira, Otássio Pereira e Wilson Fortes (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 11/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 10/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Cambira, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 12/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 31/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município que especifica. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o próximo dia 22, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 12/76.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 16/76.
Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1976

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Gabriel Manoel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni e Jayme Rodrigues Carvalho (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Ernesto Dal'Oglio, José Domingos Scarpelini, Luiz Alberto Oliveira, Otássio Pereira, e Wilson Fortes (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência que ouvido o Plenário, seja inserido em Ata um voto de pesar pelo falecimento da Veneranda Senhora Margarida Auer Kapp, ocorrido na cidade de Palmeira, dando-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1976.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado um voto de pesar pelo falecimento, em data de hoje, da Sra. DALVA DE FREITAS MARTINS, ocorrido no município de Palmital.

A extinta era esposa do Ilustríssimo Senhor Prefeito do Município de Palmital, ISRAEL TICHLLER MARTINS.

Requer, outrossim, se dê ciência à respeitosa família dos votos em questão.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, a inserção em Ata, de voto de congratulações dirigido ao jornalista Hélio Duque, pela reda-

ção do artigo intitulado "O EXEMPLO QUE VEM DE SANTA ISABEL DO IVAÍ". —, publicado na edição do dia 24 de março do corrente ano, no jornal PANORAMA, de Londrina.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Hélio Duque é considerado com muita justiça, "um patrimônio cultural do Norte do Paraná".

Baiano, moço ainda, vem galgando com sucesso a escada ascendente do elevado conceito que o paranaense sabe tributar a quem mérito mostra, a quem mérito tem.

Em suas palestras, em seus escritos, deixa sempre transparecer o amor pelo Estado que, com orgulho, o adotou.

Auditor da potente indústria de café solúvel, a "CACIQUE" é inteligência respeitabilíssima nos meios econômicos paranaenses. Leciona Economia e outras matérias correlatas, dominando-as totalmente e sempre, procurando abrir para si e para seus discípulos, horizontes novos através de pesquisas.

E recentemente, numa demonstração de disposição, de boa vontade, e de humildade até, atendendo a convite que lhe foi formulado pelo professor Baltazar Sanches Biudes, seu ex-aluno na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, o jovem economista, deslocou-se até a cidade de Santa Isabel do Ivaí onde proferiu palestra da qual participaram autoridades municipais e homens ligados à lavoura, além de estudantes e comerciantes vários. Entusiasmado com o que também ouviu, Duque dispôs-se também a percorrer a zona de produção do município, onde colheu subsídios e elementos que originaram a redação do artigo "O EXEMPLO QUE VEM DE SANTA ISABEL DO IVAÍ", verdadeira afirmação da soberania econômica daquela comunidade, o que é analisado no tópico onde se lê "em função da estrutura agrária predominante da pequena e da média propriedade é que reside um dos grandes obstáculos para que a grande pecuária se desenvolva com velocidade no município", e mais adiante: "E paralelamente a isso, Santa Isabel do Ivaí começa a partir para resolver os seus básicos problemas com os esforços de sua comunidade, de maneira unida e coesa, em busca do progresso e do desenvolvimento. Por isso mesmo, nessas próximas semanas, um grupo de agricultores deverá ir a Curitiba para cuidar da antiga Cooperativa, fechada há quase uma década" e finalizando "mesmo sem abandonar as outras opções que a dinâmica agricultura oferece, Santa Isabel do Ivaí, vai partir com força, para a replantação de um grande parque cafeeiro, já que seus agricultores sabem que não existe nenhuma fórmula de remuneração à lavoura que, econômica, financeira e socialmente, gere tantos benefícios de progresso como o café. E sem dúvida, nessa hora quando muitas vozes agourentas tentam setenciar a morte da cafeicultura paranaense, o exemplo que vem de Santa Isabel do Ivaí precisa ser imitado, e COM URGÊNCIA".

Discernimento e descortínio.

Entendimento de causa e simplicidade na exposição. Realmente, Santa Isabel do Ivaí, ainda é um dos municípios que mais produz café no Paraná e na tabela dos campeões já ocupou lugares de destaques, de primeiro a sexto lugares.

Parabéns, Hélio Duque, você é realmente um BAIANO-PAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Doutor FRANCISCO BORSARI NETO, DD. Secretário de Estado da Educação e Cultura e ao Excelentíssimo Senhor Doutor GUILHERME LACERDA BRAGA SOBRINHO, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção de Grupos Escolares nos distritos de IBIRACEMA,

TRÊS BARRAS e SANTA CRUZ, no município de CATANDUVAS.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

As autoridades municipais de Catanduvas afirmam que a FUNDEPAR já manifestou interesse pela construção dessas unidades escolares, comprometendo-se, inclusive, a executar tais obras.

Tratando-se de núcleos populacionais situados em região de real importância para a economia de nosso Estado, essa reivindicação deve ser atendida com a maior brevidade.

Tendo havido promessa para a construção das escolas, as autoridades municipais, confiando no seu cumprimento, afiançaram às famílias residentes naquelas localidades, que seus filhos teriam onde estudar.

Devido ao crescente desenvolvimento da região oeste, esses núcleos populacionais tendem a aumentar, daí a necessidade premente da construção das unidades escolares pretendidas.

Pedimos, portanto, a pronta atenção do governo para o problema, cuja solução, repetimos, foi prometida pelo próprio Secretário da Educação e pelo Superintendente da FUNDEPAR, e tem sido alvo de incessantes apelos deste Deputado e do Legislativo de Catanduvas.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 32/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do município da Lapa, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição além do município sede, nos de Contenda, Quitandinha, Campo do Tenente, Rio Negro, Antonio Olinto e São Mateus do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1976.

(a) LEOPOLDO JACOMEL

JUSTIFICATIVA:

A medida consubstanciada neste plano de lei, constitui justa reivindicação da comunidade lapaana, que, assim, não mais se verá na contingência de ter que se defrontar com uma série de dificuldades e, mesmo, prejuízos de ordem financeira, como ocorre presentemente, para poder cumprir com suas obrigações relativamente ao serviço de trânsito. Daí esperarmos mereça este nosso projeto o acolhimento e a aprovação da Casa.

PROJETO DE LEI Nº 33/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de primeiro Grau "La Salle", com sede à Rua La Salle, s/n, nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1976.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Os objetivos desta Associação, é aproximação mais íntima do Educando-Pais e Mestres, para o seu próprio aperfeiçoamento a fim de mais eficientemente poderem trabalhar unidos pela formação do Educando como ser ajustado, útil e produtivo à sociedade humana.

Funciona a A.P.M. "La Salle", como órgão cooperador da escola, visando o bem estar integral do aluno.

A Associação cuida de aproximar para melhor entrosamento, professores, pais e responsáveis pelos alunos, cooperando na integração do Educando no meio social e na integração na escola

na família e na comunidade.

Saliente-se que todas essas atividades são exercidas pelos componentes da Associação, sem qualquer interesse remuneratório, trabalhando exclusivamente em prol da coletividade.

É sem dúvida uma Entidade de utilidade pública de fato, e por que não torná-la de direito após ter prestado e continuar prestando tantos serviços à comunidade desinteressadamente?

Solicitamos pois, aos ilustres Pares, o devido apoio e consequente aprovação do presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Alfredo Gulin, para o Pequeno Expediente.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “Festejou a cidade de Curitiba, mais um aniversário de sua existência, e o Prefeito Saul Raiz, o primeiro ano de sua administração.

Intensa foi a programação, principalmente no setor de inauguração de obras, competições desportivas e atividades culturais.

Uma administração pública, mede-se pelas obras que vem trazer benefícios para a população. O saldo da administração Saul Raiz pode ser considerado positivo. Teve ele a felicidade de inaugurar 16 unidades escolares, atendendo principalmente os bairros, com um aumento de nada menos do que 108 salas de aulas e que abriu a matrícula para mais 10.000 crianças. Entregou o núcleo Habitacional Saturno, além de levar uma cancha de esportes para a Vila Nossa Senhora dos Pinhais.

Considero a atenção voltada para a juventude um acerto feliz dos prefeitos da Resolução. Se todos os problemas das grandes cidades são importantes, parece que a atenção dispensada à juventude é dos mais importantes. Se é preocupação de todos levar melhoramentos materiais aos cidadãos, certamente é muito mais importante educar a juventude.

Saul Raiz, escolhido pelo Governo do Estado, especificamente pelo eminente Governador Jayme Canet Júnior, em seu programa coloca a meta homem em primeiro plano, soube traduzir na prática esta aspiração que preocupa a todo homem público, qual seja, dotar o futuro cidadão de instrumentos capazes de ser útil à coletividade.

Nós entendemos que preparar as crianças e jovens através da educação é investir a curto e longo prazo. A curto prazo, é dar salas de aulas no início da idade escolar.

A longo prazo, é prepará-los até serem adultos para que venham se aplicar com maior eficiência para si, seus familiares e para maior progresso e desenvolvimento da Nação.

Ao mencionar as comemorações do primeiro aniversário da administração do Eng. Saul Raiz, ressalto um ponto que considero de grande importância. No instante em que muitos buscam diminuir sua obra da Revolução, ele só responde com benefícios concretos, oferecendo atendimento àqueles que são menos favorecidos. Comemorar um aniversário, entregando obras à coletividade, significa e demonstra um desejo de afinar com os propósitos da Revolução e com o programa da ARENA.

Nós consideramos as realizações dos nossos administradores, como nossas, como nos pediu o Presidente Geisel que as realizações do Governo são realizações da ARENA.

Por esta razão, congratulamo-nos com o Prefeito de Curitiba, que sem muita ostentação vem trazendo benefício para a comunidade. Se alonguei-me sobre as escolas, não porque menosprezasse as demais. São de suma importância o convênio firmado para dotar a nossa cidade de uma infraestrutura capaz de adotar o nosso parque industrial de todos os serviços necessários para seu funcionamento.

Mencionei as escolas, mas jamais deixei de elogiar seu programa de atender os bairros com estradas, com obras de arte, com melhorias em todos os sentidos.

Mencionei a escola porque considero o passo mais impor-

tante para o jovem de hoje que deve se preparar para enfrentar o dia de amanhã com segurança e conhecimento.

Ao afirmar que o saldo do primeiro ano de gestão do Sr. Saul Raiz é positivo, é porque realmente considero que ele não nos decepcionou, nem nos surpreendeu. Sabíamos dos seus conhecimentos técnicos. Sabíamos da sua intenção de servir, como homem público e conhecíamos seu amor pela cidade de Curitiba.

Auguramos que os próximos anos sejam ainda mais fecundos em obras, para gaudío nosso, felicidade das nossas autoridades, principalmente do povo”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, segundo orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente para comunicar a esta Presidência que estivemos, conforme atribuição que recebemos, como um dos representantes desta Casa Legislativa na cidade de Londrina, acompanhando a magnífica exposição que lá se realiza. E digo que lá se realiza, uma vez que a mesma tem a sua continuação em função dos dias chuvosos que interromperam aquela exposição.

(Lendo): “Trazemos também, hoje, um pronunciamento visando efetivamente um aspecto do mundo, este mundo que está mergulhado no caos. Nações com experiência milenar aplicam hercúleos esforços para escapar do colapso econômico. A estrutura financeira, a produção e a paz social dos países que haviam alcançado o fastígio desenvolvimentista, começam a desagregar-se de um modo fatal.

Poderosas instituições bancárias da Suíça e da Alemanha chegaram à falência. Existe desemprego em níveis elevados na Itália e na Inglaterra. A economia norte-americana sofreu revés e a política agrícola da URSS gerou resultados dramáticos. Muitos povos lutam desesperadamente em prol da sua sobrevivência, numa atmosfera repleta de greves, atentados e inflação galopante.

Apesar dos pesares, o Brasil avança com inabalável fé em Deus, em plena era de ordem e progresso. Está em vigência o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado para se adaptar a uma realidade irrefutável: o investimento da fantástica importância de 1 trilhão e 750 bilhões de cruzeiros, até 1979. Em 1964 enfrentávamos uma vergonha: 60 por cento de iletrados. Atualmente, sua percentagem não ultrapassa 30 por cento. Entrementes, no ano de 1979, teremos 10 por cento. Estamos crescendo em todas as direções, com firmeza e determinação. Desfrutamos hoje de prosperidade, apesar das dramáticas vicissitudes que o mundo atravessa. Ademais, isto significa que o Brasil é uma verdadeira ilha de tranquilidade social, em meio à borrasca feroz. Em 1979, a nossa frota mercante será três vezes maior que a frota somada de todos os países da América do Sul. Ora, fabricamos aviões, veículos motorizados e já cansamos de bater novos recordes no consumo de energia elétrica. Logo seremos donos da nossa primeira usina nuclear. O mercado interno cresce com passos de gigante. Em 1979, o nosso país criará 6 milhões e 600 mil empregos. Tudo que foi realizado de 1964 para cá é relativamente pouco, em comparação do que será conquistado nos próximos anos.

Basta olhar sobre cada país em torno de nós. E aqui? Em 1964, possuíamos 183 mil veículos fabricados. Já em 1975 ultrapassamos a cifra de 1 milhão. Há 10 anos, havia em nosso país apenas 17 mil quilômetros de estradas asfaltadas. Atualmente ultrapassam o número de 100 mil. Milhares de quilômetros de microondas integram o Brasil de Norte a Sul, e de Leste a Oeste, pelo som e pela imagem da comunicação. Além disso, estamos ligados ao universo, via satélite. Hoje auferimos de mais altos e melhores padrões de vida. Graças a esta realidade irrefutável, o Brasil continua a desenvolver-se em ritmo rápido e seguro. Ademais, o nosso progresso é levado a cabo sem qualquer sedução por estilos estranhos, mas de acordo com a realidade ecológica do país e vinculado a seus próprios aspectos e proble-

mas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estabilidade econômica e continuidade administrativa de alta qualidade, que prevalecem de 1964 para cá, tem permitido ao Brasil implementar um programa bem definido de desenvolvimento econômico veloz. Este programa tem sido apoiado por uma profunda reforma das instituições nacionais — seu sistema fiscal e monetário, por exemplo — o que por sua vez tem aumentado a capacidade de poupança e de exportação.

Enquanto isto, o Brasil está conhecendo outro fenômeno da sua maratona econômica: aviões e computadores de grande porte contribuindo à receita de exportações. Agora, o Brasil entra na sua fase empírica, com o preparo técnico eficiente e planejamento primoroso, visando a perpetuação do impulso que transforma o nosso país em grande potência mundial. Ora, o Governo Federal consolidou e modificou mais de 20 leis e decretos que dispunham sobre isenções para importação de máquinas e equipamentos. O nosso país é detentor de uma força de galvanização. Foi o próprio Soljenitsin que, em manifesto, acentou que o Brasil é um dos quatro países do mundo que ainda dispõem de espaço para expandir a fronteira econômica, com significação mundial”.

Disse.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, terceiro orador inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Ocupo esta tribuna para saudar a revolução do sistema penitenciário do nosso Estado, que se reveste de transcendental importância e não deixa de ter um sentido profundamente histórico e humano. Acaba de nascer uma nova mentalidade no tratamento da massa carcerária, com o Secretário da Justiça, Deputado Federal Túlio Vargas, realizando uma obra sem precedentes que suscita, cada vez mais, repercussão positiva em todo o território nacional. É que as prisões do nosso Estado deixaram de aplicar castigos degradantes e passaram a servir como institutos de ressocialização eficaz dos infratores da lei. Sinto imenso regozijo ao registrar o surgimento dessa vitoriosa doutrina penal, já recomendada às demais unidades da Federação, pelo Ministério da Justiça.

Gostaria de reproduzir trechos de extensa reportagem intitulada “TRATAMENTO MAIS HUMANO, A GRANDE META DOS PRESÍDIOS”, publicada pelo circunspecto diário “Folha de Londrina”, no dia 2 de abril do corrente ano: “O abandono de castigos degradantes e o caráter ressocializador no tratamento dos presidiários, preconizados pelo Secretário da Justiça, Deputado Túlio Vargas, **estão recolocando o Paraná**, em destaque no campo penitenciário, a partir de uma política mais humana que vem sendo implantada nos estabelecimentos penais do Estado, com vistas a excluir da pena pública qualquer conotação de castigo. Pelo contrário, a pena pública passa a ser olhada tão somente como defesa social e por isso sugerindo um programa de permanente assistência global à população carcerária, desde o **setor recreativo-educacional e espiritual**, até a área da profissionalização. A partir desta intenção e do conhecimento da realidade penitenciária com base num levantamento que resultou na elaboração de uma publicação sob o título “Check-up do Sistema Penitenciário Paranaense”, estão previstos vários empreendimentos, a começar pela **“construção de uma Central Criminológica de Triage**, ampliação da Penitenciária Central do Estado e do Manicômio Judiciário, construção de cadeias-presídios no interior, conclusão de outro pavilhão na Penitenciária de Mulheres, implantação do Sistema Social Penitenciário. (...) Frequentemente citado por ter radical mudança no sistema Penitenciário do Paraná, o secretário Túlio Vargas acredita na humanização da pena como fator principal para a reintegração à sociedade do homem “portador da conduta anti-social”. Para ele o grande objetivo é “corrigir uma faixa populacional, tornando-a

capaz de engajar-se no processo sócio-econômico do Estado”.

A experiência encetada pelo Secretário Túlio Vargas tem sido um passo certo, rumo à meta proposta, com a nova doutrina penal firmando-se e abrindo perspectivas de ação permanente através daquilo que conhecemos como “Operação — indulto” e “Operação — Liberdade”. Trata-se de resultados que hoje ganham evidência, e despertam o interesse de renomados juristas em todo o território nacional. Além disso, o ilustre penalista Renê Dotti, em depoimento prestado perante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, designada a investigar as condições existentes nas penitenciárias do Brasil, teceu elogios ao sistema presídial do nosso Estado, destacando as medidas positivas postas em prática pelo Secretário Túlio Vargas.

Como é notório, o eminente jurista aplaudiu a revolução do sistema penitenciário do Paraná, defendendo teses vitais para uma profunda reforma da nossa legislação penal. Este o Paraná que luta, confiante, para consolidar a nova imagem do Brasil emergente no concerto internacional.

Era o que eu tinha a dizer”.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Casa já teve conhecimento através da leitura do expediente feita pelo Sr. 1º Secretário Jorge Sato, mas nem por isso este Deputado poderia se furtar em comparecer a esta tribuna, para especialmente pedir, indistintamente às bancadas do MDB e ARENA, o apoio à nossa intenção, ao nosso requerimento.

Sr. Presidente, a cidade de Pitanga, região Centro-Oeste do Estado do Paraná, está sendo nacionalmente conhecida, face ao noticiário do Jornal Nacional, transmitido pela Rede Globo de Televisão e retransmitido pelo Canal 4, TV-Iguaçu do Paraná, sob a chancela publicitária do Banco Nacional.

A população de Pitanga, sente-se, por isso mesmo, eufórica e orgulhosa, não só pela presença de uma agência daquele mencionado Banco Nacional em nossa cidade, mas principalmente por ter sido lembrada no texto publicitário transmitido pela Televisão. Esse aspecto é objetivo e altamente salutar, e nos leva a apresentar nesta oportunidade proposição para que se consigne na Ata dos nossos trabalhos um voto de agradecimento e louvor ao Banco Nacional, voto esse que reflete o testemunho, a gratidão dos moradores do município de Pitanga. Como o tempo me faculta, tomarei a liberdade de fazer a leitura do inteiro teor do requerimento que pretendemos seja aprovado pelos Srs. Deputados. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Regimento Interno da Casa, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, que se consigne em ata, nos trabalhos de hoje, voto de agradecimento e de louvor, endereçado ao BANCO NACIONAL, face à intensa propaganda que vem sendo feita no “Jornal Nacional” — sob a chancela publicitária do aludido estabelecimento de crédito, da cidade de Pitanga, na região Centro-Oeste do Paraná. Essa propaganda, de cunho nacional, muito favorece ao município de Pitanga, que passou a ser conhecido em todo o território brasileiro. E isto, é salutar e traduz, também, os justos anseios de progresso dos que ali vivem e trabalham.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência à Diretoria do Banco Nacional, nesta Capital, como testemunho de gratidão do povo e das autoridades daquela cidade.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1976”.

Portanto, Srs. Deputados, queria que V. Exa. entendessem que a nossa pretensão não é absolutamente de bajulação ao Banco Nacional, porque todos os Bancos, todos os estabelecimentos de crédito sediados em nosso Estado merecem a nossa confiança e o nosso voto. Porém, especialmente ao Banco Nacional porque, como V. Exas. acabaram de ouvir, vem ele fazendo esta propa-

ganda de âmbito nacional. Nada mais poderia nos satisfazer do que ver o nosso município, município sediado no centro-oeste do Paraná, se tornar nacionalmente conhecido gratuitamente e sem ônus para o município.

Isto é para nós motivo de alegria e de satisfação. Esta a razão porque venho, em nome de Pitanga, pedir a todos os Srs. Deputados que dêem apoio ao meu requerimento.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouví com atenção vários pronunciamentos que se têm levado a efeito nesta Casa e de uma forma especial aquele declinado pelo Deputado representante de Londrina, o ilustrado Dácio Leonel.

Realmente, Sr. Exa. falou que o Brasil avança com o desenvolvimento apesar do caos econômico mundial; que vive em verdadeira tranquilidade social, que está com estabilidade econômica, e referiu-se ao 2.º BND. Em última análise fez, com o devido respeito, uma apologia das metas, dos planos que o Governo vem trazendo para solucionar a problemática sócio-econômica brasileira.

Há poucos dias nos referimos aqui sobre a dificuldade por que passa a economia brasileira, a crise que assombra os cofres públicos e as determinações governamentais; as dificuldades das gestões dos negócios públicos de colocar-se uma direção firme e decisiva nas metas e na filosofia de governo.

Verificou-se, entretanto, que a queda do crescimento econômico, refletida pelos 4,3 do produto interno bruto registrada no início do ano, impõe a ilação de que foi o mais baixo dos últimos vinte anos, vale dizer antes de 1962.

A dívida externa sofregamente alcança 23 bilhões de dólares, os juros que esta dívida acarreta galga o passe de 2 bilhões de dólares, só de juros.

Vejo na primeira página dos jornais - o dólar sobe pela 5.ª vez neste ano, Srs. Deputados, vai para 13,304 por cento, já em 76. É a quinta alta em três meses, depois de 14 dias vai para 10,27, em números redondos. E diz-se que esta alta, a mais expressiva, deve-se ao incentivo das exportações agrícolas.

A revista VEJA, no mês passado - não me recordo o número - trouxe uma síntese da economia doméstica numa análise simplista até, diz que um homem que ganha Cr\$ 1.500,00 por mês, só de impostos, taxas e encargos paga Cr\$ 900,00, desses Cr\$ 1.500,00, ou seja, o que pesa sobre este ganho chega à casa dos Cr\$ 900,00 por mês.

Os juros bancários para empréstimos agrícolas, aqueles que por exemplo são destinados ao pagamento num prazo de 6 meses através de 2 amortizações do capital, alcançam o expressivo e escorchante juro de 6,1 ou 6,2 por cento ao mês.

De forma que o agricultor pode dizer que está estribado numa política econômica capaz de fazer a sustentação do homem que trabalha na agricultura? De que maneira se pode dizer que um Governo está dando a proteção e o desenvolvimento econômico neste País? De que maneira, Srs. Deputados, podemos suportar as injunções inflacionárias e dizer que elas são impostas?

Acredito que as autoridades, quem sabe até, podem ter outra argumentação, mas que não se debite esta dívida ou esta impotencialidade de gerir os negócios públicos, às gestões do Movimento Democrático Brasileiro, porque quem tem levantado os problemas de ordem nacional tanto no setor econômico como no institucional, isto sim, se se pode falar em débito do MDB, podemos levar a débito do MDB.

Coloque-se no exame de todas as definições, as teses levantadas por este Partido que apesar de estar diuturnamente sendo mutiladas por todos os recursos que o Governo dispõe para que

ele não cresça, não frutifique e não colabore para a redemocratização do País.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, sexto orador inscrito.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sem maiores alusões ao assunto, pretendemos levar ao conhecimento dos Srs. Deputados, o inteiro teor de um Pedido de Informações que estamos dirigindo nesta data, ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social.

Ressalvamos apenas que embora não possamos antecipar conclusões definitivas, sobre a matéria, e possamos até ao contrário prever que deveremos voltar ao assunto, ao fazê-lo queremos registrar o nosso pessimismo, a nossa profunda decepção com relação à vida política paranaense, ao constatar ato da natureza, daquele que aqui vai tratar, praticado por um administrador, que já participou e militou ativamente de partido político, e da votação popular, que é o Sr. Secretário de Saúde, Dr. Arnaldo Busato, ex-representante do Paraná, na Câmara dos Deputados.

O requerimento é o seguinte: (Lê)

1.º — “No dia 15 de março de 1976, o Dr. Arnaldo Busato, na qualidade de Secretário de Estado e na qualidade de titular da Pasta de Saúde e Bem Estar Social, dirigiu à Câmara de Vereadores de Arapongas, onde foi recebida em data de 2 de abril próximo passado, a seguinte comunicação oficial:

Curitiba, 15 de março de 1976.

Ilmo. Sr.

Antenor Zanin.

D. Presidente da Câmara Municipal e demais

Vereadores da ARENA.

ARAPONGAS-PR.

Para o conhecimento de V. Sa. tenho a satisfação de encaminhar em anexo, e esquema de “Imunização contra o Sarampo”, a de 19 e 20/06, encarecendo que se digne determinar providências no sentido de ser dada ampla divulgação, auxiliando-nos a esclarecer a opinião pública da presente necessidade da população infantil, se proteger contra essa grave enfermidade. Valho-me do ensejo para apresentar-lhe as expressões de apreço e consideração.

Ass. Arnaldo Busato - Secretário de Estado.”

Segundo.

O Presidente daquela Casa que é do mesmo partido político do Secretário de Estado Arnaldo Busato, exarou o despacho que se vê ao pé do referido documento era junto por fotocópia:

“1 — Divulgue-se em época oportuna. Como requer.

Em 02-04-76. (A) Presidente”

Terceiro.

É sabido que os Secretários de Estado respondem por abusos de poder e pelas ofensas que venham a praticar perante e contra a Constituição, além das classes especiais de Crimes de Responsabilidade previstos na Lei n.º 1079, de 27 de março de 1950, observados os dispositivos pertinentes estabelecidos pelos Arts. 82 e 83 da Carta Magna e 48, 49, 50 e 53 da Carta Estadual do Paraná.

Quarto.

A fim de que sobre a matéria se venha a formalizar sendo o caso, a competente denúncia, entende o deputado estadual subscritor da presente, que preliminarmente, deve ser encaminhado “ex-vi” dos artigos 16, Inciso V e 20, parágrafo 2.º, da Constituição Estadual, com aprovação do Plenário e por intermédio do Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, Dr. Arnaldo Busato, o presente **pedido de informações**, a fim de que o mesmo dê resposta aos itens abaixo:—

1.º — A carta supracitada e que acompanha o presente, por fotocópia, é autêntica?

2.º — A Secretaria da Saúde tem tido igual procedimento

com outras Câmaras de Vereadores onde existem vereadores de ambos os partidos, sendo propósito desta Secretaria estabelecer o sectarismo político-partidário em todos os setores abrangidos pela sua administração? Por que?

3.º — Qual o motivo de não ter sido feita igual comunicação à Prefeitura Municipal de Arapongas, sabendo-se que no interior as Câmaras dispõem de pequenas verbas para divulgação, sendo muito mais bem capacitadas as Prefeituras?

4.º — Igualmente, por que não se enviou o comunicado à A.P.M.I. de Arapongas, uma organização modelar em todo o Estado, e que está também em muito melhores condições do que a Câmara de Vereadores, para divulgar e orientar a população com relação a essa campanha?

5.º — No caso de ter sido feita igual comunicação aos dois órgãos mencionados nos itens 3.º e 4.º, qual a data comprovada das emendas?

Sala das Sessões, 13 de abril de 1976."

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Exatamente quando ecoa para todos os cantos do Paraná a ação dinâmica, decisiva e patriótica do Governador Paranaense, que vem sendo aplaudido e aclamado como o exemplo maior de homem que contagia otimismo e trabalho, uma voz moribunda e apagada, dentro de uma apatia que lhe é característica, ousa tentar discordar da opinião do próprio povo. E tenta fazê-lo do modo mais nefasto.

Não lhe interessou lançar seu veneno apenas sobre este Deputado. Sabe ele — essa isoladíssima voz — que a nossa constância na vida pública é um atestado incontestado de que sempre dedicamos o melhor de nossa modesta capacidade à causa da coletividade. Sabe ele, igualmente, que nossa contribuição ao nosso querido município de Cornélio Procopio jamais faltou. Mesmo sendo ele um Prefeito que sempre primou pelo descaso pela municipalidade, sempre orientamos nossos amigos e correligionários no sentido de apoiar o Prefeito eleito, no intuito de auxiliar na administração do município, pois sempre entendemos que a melhor política é a da colaboração, e não a da retaliação pessoal. Nele não víamos o cidadão que particularmente ele era, mas o Prefeito de Cornélio Procopio, representante desse digno povo a que pertencemos de todo o coração.

Não. Achou ele que o Deputado era um homem modesto demais, alvo muito pequeno para lhe dar a promoção que desejava. Desejava publicidade, escândalo, estardalhaço, seu nome em todos os jornais, embora em tão triste episódio. Fez questão de lançar seu veneno contra o Governador do Estado, talvez por sabê-lo tão grande quanto ele próprio é pequeno.

Esse é o destino dos minguados de espírito.

Só se fazem grandes e percebidos quando tentam destruir valores maiores.

Não ignora ele que, mesmo sem querer diminuir os governadores que por aqui passaram, que JAYME CANET JÚNIOR já é considerado, no breve período de sua administração, como a maior revelação administrativa dos últimos anos. Homem que reuniu o espírito e a prática empresarial a um forte senso de responsabilidade pública, soube transformar a emperrada máquina administrativa em instrumento de bem-estar social. A afirmação não é nossa: — é das obras. Aí estão os aplausos em todas as cidades em que o Governador passa. E não são aplausos para palavras ou promessas: são aplausos para obras entregues, sem serem demagogicamente prometidas. São estradas, escolas, postos de saúde, obras que visam a dinamização de um Estado que por fim encontrou o caminho do progresso. É o próprio Presidente Ernesto Geisel, líder de todos nós, brasileiros, que, em suas inúmeras visitas ao nosso Estado, mostra-se impressionado com o trabalho, dedicação e alto descortínio administrativo deste inatacável Governador Jayme Canet Júnior,

que já é aclamado como o "Governador do Interior".

Sabia, o Sr. Nelson Myiamoto — vamos dizer desde já seu nome — de tudo isso. E só ofendeu, só atacou, por sabê-lo. Só atacou na esperança de só engrandecer na sombra de quem é atacado. Esqueceu porém, de que só a verdade engrandece. A mentira, a intriga, criam monstros. Nunca, grandes homens.

Esqueceu, o Sr. Nelson Myiamoto, que o Sr. Governador é homem sério e honrado. Não titubeia e "não manda recados". Diz o que pensa e exige que todos aqueles que dirigem os destinos de qualquer recanto de nosso Estado também falem a linguagem da lisura e da honra. E é em nome da lisura e da honra que, quando alguém faz um ataque a quem é inatacável, que nos propomos em altos termos, esclarecer a opinião pública e aos nossos eminentes colegas desta Assembléia Legislativa. Alguns fatos falarão melhor que muitos argumentos.

Em fins do ano passado, o Sr. Nelson Myiamoto, contrariando a orientação da Inspeção Regional de Ensino, propôs ao Estado a reforma de 4 estabelecimentos de ensino estaduais, quando o certo seria atender a todos, uma vez que o dinheiro viria dos cofres do Estado. Em seguida, chamou em seu gabinete os diretores dos Estabelecimentos prejudicados, e disse-lhes: "a reforma de vocês não sairá, porque o Deputado Pitelli não deseja". Usam desse expediente mesquinho, especialmente, com a direção do "Ginário Estadual Alberto Carazzai", imaginando que com isso obteriam bom resultado político, uma vez que o Deputado que vos fala não pertencia à ala política da família Carazzai. Enganou-se, porém, o Sr. Nelson Myiamoto, pois reagiu imediata e violentamente, de vez que nunca permite que sequer se pensasse que algum problema de origem política ou pessoa pudesse ser por mim colocado à frente dos interesses mais altos da coletividade. Enganou-se, o Sr. Nelson Myiamoto, pensando que poderia lançar-me contra a família Carazzai, à qual dedico respeito e admiração, e contra a qual não admitiria exploração política. Política se faz construindo, trabalhando, e nunca dividindo ou saboteando.

E foi por isso mesmo que intercedi:

Intercedi, não para impedir, mas para ampliar sendo bem claro quando disse: quero que se dê atendimento a todos os estabelecimentos, e não apenas aqueles que interessam aos politiquês. E a reforma daquele estabelecimento passou a constituir, para mim, ponto de honra. No entanto, o orçamento foi feito, as professoras aguardaram, mas jamais o Sr. Prefeito sequer tomou conhecimento. E é nisso que o Sr. Nelson Myiamoto alega ter o Deputado interferido: só não conta que o Deputado interferiu para pedir mais benefícios, muito mais.

Fala ele de renúncia. Renúncia é palavra que nunca saiu de sua mente. Vendo-se totalmente frustrado em sua missão de governar o município, pois lhe faltavam condições para tanto, fala cansativamente em renúncia. Hoje, quer lançar a culpa de seu insucesso sobre os ombros do Governador Jayme Canet Júnior. No entanto, esquece de que também não conseguiu sintonizar-se com o Governo Estadual em seus dois primeiros anos de mandato, quando ocupava a Chefia do Estado o Governador Emílio Gomes, amigo pessoal de sua família e que, inclusive, por várias vezes, hospedou-se em sua casa. No entanto, nem mesmo assim o Sr. Nelson Myiamoto conseguiu bem administrar, embora contando com a amizade pessoal e o apoio político integral do eminente e honrado Governador Emílio Gomes. Tanto isso é verdade que, três meses antes das eleições de 1974, este Deputado, devidamente autorizado pelo Prefeito Nelson Myiamoto, fez um veemente apelo ao Governador Emílio Gomes para que ajudasse o Prefeito Nelson Myiamoto pois, em caso contrário, ele renunciaria. Perplexo, imediatamente o Governador Emílio Gomes telefonou tentando localizar o Sr. Nelson Myiamoto e seu amigo, Deputado Minorio Myiamoto, a fim de que a idéia de renúncia fosse esquecida.

Mas o Sr. Nelson Myiamoto preferiu uma forma mais cômo

da de solução: escondeu-se em uma oportuna (para ele) licença de três meses, exatamente três meses antes das eleições.

Esses fatos não estão muito longínquos. Quem se quiser certificar, consulte o Sr. Emílio Gomes, que os confirmará por certo.

E ficou essa renúncia na ameaça. Mas a ameaça de renúncia voltaria. Parece que não há vacina contra isso, ou essa vacina não pega em quem é desprovido de certas qualidades. A idéia de renúncia perseguiu, persegue e perseguirá o Sr. Nelson Myiamoto. No mês de março de 1975, novamente acena ele com a mesma ameaça. A afirmativa não é minha. E observe-se: o fato é anterior à posse do Governador Jayme Canet Júnior. Quem nos relata é o jornal Panorama, na edição de 12 de março de 1975: Diz: "As voltas com um problema sério (tentar melhorar as finanças do município), o Prefeito de Cornélio Procópio, Nelson Katume Myiamoto, tem outro problema igualmente sério a resolver: equilibrar sua própria situação financeira, ainda mais precária que a do município. E, paralelamente, convencer a população de que não está a fim de renunciar ao cargo público em consequência de seus problemas particulares.

Nos últimos dias foram se avolumando, em Cornélio, os boatos de que Myiamoto finalmente ia desistir. Os mesmos boatos já circularam, em outras ocasiões, motivados pelos seus frequentes pedidos de licença para tratar de assuntos particulares. Mas desta vez a causa era outra: um de seus muitos credores entrara com uma ação executiva no Fórum, tentando receber uma dívida em torno de 100 mil cruzeiros. A cidade toda logo ficou sabendo e mais rapidamente ainda espalhou-se o rumor de que "desta vez ele renuncia".

"Repito, Srs. Deputados. As palavras não são minhas, mas do jornal "Panorama", edição de 12-3-75. Como vêem, o Sr. Nelson Myiamoto é um renunciador reincidente.

Agora, algumas perguntas.

Hoje, o Sr. Nelson myiamoto atribui ao Governador Jayme Canet Júnior o seu próprio fracasso, ameaçando renunciar. Mas seu fracasso vem de longe.

Não teve êxito na administração anterior, embora com a amizade e apoio do ex-Governador Emílio Gomes.

Será possível que o Sr. Nelson Myiamoto seja uma vítima de uma trama atroz? Ou será ele um maníaco político, com fixação da renúncia, para ocultar seus fracassos pessoais?

Por que essa tão ameaçada e repetida renúncia? Por que esse interesse em colher momentos estratégicos para propalar as ameaças? Por que a preocupação em lançar sobre o Governo do Estado a responsabilidade pela falência da administração dele, Nelson Myiamoto?

Esses perguntas são oportunas.

Não é por coincidência que o Sr. Nelson Myiamoto fala agora em renúncia.

Nem é por coincidência que suas ameaças coincidem com eclosão de seus problemas pessoais. O Sr. Nelson Myiamoto padece de dois problemas: um, de não saber resolver seus problemas particulares; outro, o de misturar seus problemas particulares com os interesses públicos. De fato, acreditamos que o Sr. Nelson Myiamoto irá renunciar.

Só não acreditamos nos motivos que ele vem, espalhafatosamente, alardeando, mas sim, por motivos que nada têm com os interesses da coletividade. O que ele tenta esconder dos olhos do público, com todo esse alarde, é sua incapacidade para resolver sua agonizante situação financeira, que faz abandonar os negócios públicos para atender os particulares. Mas não ficaria bem, aos olhos do povo, confessar tal fato. É mais fácil lançar a culpa de tudo sobre o Governo do Estado.

Infelizmente, esses são os fatos.

Felizmente, o Sr. Governador do Estado não é homem de se deixar levar por pressões dessa espécie.

Ele está no Governo do Estado para atender os interesses do povo paranaense e não se desviará, como até hoje não se

desviou, um só milímetro de seu dever. Não será através de expedientes cataclísmicos como esse que o Sr. Nelson Myiamoto resolverá seus problemas.

A resposta do Governador do Estado a tais provocações já foi dada, não por palavras mas por obras. A resposta do Povo de Cornélio Procópio veio, oportuna, e encontra-se bem espalhada na carta enviada, pelos Vereadores da Câmara Municipal de Cornélio Procópio e membros do Diretório Municipal da Arena, ao Governador Jayme Canet Júnior:

Eis o teor:

Cornélio Procópio, Pr., 11 de abril de 1976.

Exmo. Sr.

Jayme Canet Jr.

M.D. Governador do Estado.

Curitiba.

Prezado Governador.

Os signatários da presente, Vereadores e membros do Diretório Municipal da ARENA, ao tomarem nesta data conhecimento, através de diversos jornais editados nesta região norte paranaense - a princípio pensou-se que a publicação havia sido feita apenas nos jornais do norte, mas constatou-se posteriormente que fôra feita em todos os jornais como matéria paga - "da CARTA ABERTA" dirigida a V. Exa., contendo expressões injuriosas ao Governador do Estado, Secretários de Estado, funcionários do Governo, ao Presidente da ARENA paranaense e ao digno representante desta região - Deputado ROSÁRIO PITELLI - vimos, pela presente, manifestar "nosso repúdio" aquele documento, assinado pelo Prefeito Municipal de Cornélio Procópio, Nelson Myiamoto, que procura, através dele, justificar perante a opinião pública, sua negativa administração, preparando assim uma retirada estratégica, através de renúncia de mandato, conforme deixou claro na "carta aberta".

Aproveitamos da oportunidade, para manifestar nosso integral e irrestrito apoio ao governo honesto, dinâmico e patriótico de V. Exa., merecedor da simpatia e do apoio do povo paranaense.")

Este documento está acompanhado por assinaturas de 8 Srs. Vereadores e mais 13 membros do Diretório Municipal da ARENA.

Foi-me transmitido por telefone, que, outros não apresentaram suas assinaturas, por motivo de viagem mas que deverão fazê-lo pessoalmente ou, através do Sr. Governador.

Digo mais: entre tantas manifestações dos meus companheiros, do povo de minha cidade, quero destacar uma outra, de suma importância, para mostrar a leviandade de um homem público, porque ela vem exatamente assinada pelo assessor do Prefeito Nelson Myiamoto, digno homem público, repito, assessor do Prefeito Nelson Myiamoto até hoje, não sei se amanhã, que enviou uma cópia a este Deputado, com o seguinte teor: (Lê):

"Doutor Armando Queiroz,

Chefe da Casa Civil do Palácio Iguaçu.

Curitiba.

Embora assessor de Relações Públicas com a imprensa do Prefeito Nelson Myiamoto, informamos, para os devidos fins, não haver participado nem direta e nem indiretamente na elaboração da carta do dia 10 do corrente publicada como dirigida a Sua Excelência o eminente Governador Jayme Canet Júnior, com malévolos distorções publicitárias. Consequentemente, como é lógico, não endossamos nenhuma das impolidas expressões inseridas no citado documento, pois os ilustres concidadãos nela envolvidos nos merecem respeito e acatamento, do que é prova a farta correspondência nesse sentido.

Atenciosamente,

Bel. Isaac S. Nicolaiwski

Secretário do Diretório Municipal da ARENA.")

Para este Deputado, o eminente Secretário da ARENA e assessor do Prefeito Municipal Nelson Myiamoto enviou a

correspondência que prazerosamente fazemos a sua leitura: (Lê):

"Cornélio Procópio, 12 de abril de 1976

Ilmo Sr. Deputado Rosário Pitelli

Assembléia Legislativa

Curitiba.

Prezado Correligionário:

Surpreso com os termos da carta de 10 do corrente do Sr. Prefeito Nelson Myamoto ao Exmo. Sr. Jayme Canet Júnior, Governador do Estado do Paraná, venho, para todos os fins, esclarecer que:

1) Não obstante a nossa função de assessor do Prefeito e de "Relações com a Imprensa" desde o dia 01 do corrente, não tivemos a mínima participação nem direta e nem indireta na mencionada carta;

2) Nem sequer passou pelo nosso gabinete para entrega aos jornais que a publicaram;

3) Tendo sido seu consultor-jurídico durante toda a sua administração municipal e colaborado em campanhas políticas, conhece V. Exa. a maneira porque tratamos todas as pessoas, isto é, sem agravo, sem ofensa de qualquer tipo, mesmo porque essa fase de choques de expressões nós consideramos há muito superada, além de ilegal;

4) Consequentemente, não endossamos nenhuma das expressões impolidas inseridas na mencionada carta, nem a V. S. e nem ao Dr. Afonso Alves de Camargo, Presidente do Diretório Regional da ARENA, e muito menos ao Exmo. Sr. Jayme Canet Júnior, Governador do Estado do Paraná, nos quais reconhecemos o esforço, a operosidade de cada um em sua função, ainda que dos mesmos se possa divergir, mas em termos, sem a mínima quebra do acatamento devido à autoridade.

5) No exercício do honroso cargo de Secretário do Diretório Municipal da ARENA, para cuja eleição contamos com o seu voto e fomos indicados pelo Dr. Paulo Pimenta Montase, temos sempre procurado somar.

E essa será a disposição com que iremos para o próximo pleito eleitoral, como temos manifestado.

Solicitamos seja o senhor o portador desta, aos referidos homens públicos, colhemos a oportunidade para renovar nossa alta consideração.

Ass. Bel. Issac Nicolaieski.

Finalmente, nobres Deputados, nossa resposta ao Sr. Nelson Myamoto.

Cornélio Procópio vai bem, a despeito do Sr. Nelson Myamoto. O Sr. Nelson Myamoto é que vai mal.

E para seu mal, não nos cabe procurar remédio.

Nosso dever é para com a coletividade.

Seu problema é particular. Conscientize-se ele disso. As palavras também não são criadas por nós e muito menos os fatos.

Estão contidos no respeitável jornal "A voz do Povo" de minha cidade, de Cornélio Procópio, edição de 7 do corrente mês, onde anuncia um edital de Praça e Leilão, promovido pelo Juízo de Direito da Vara Civil da Comarca de Cornélio Procópio.

Quanto às declarações do Prefeito de Jataizinho, me parece que também não deveria eu entrar em considerações. Trata-se de elemento inerte, incapaz e improbo, e que jamais procurou soluções para o seu município.

Traiu o seu próprio partido quando eleito e continua traído o seu próprio voto.

As poucas vezes que vem a esta Capital, só vem tratar de assuntos de politicagem.

Em política sim, ele nunca teve e jamais terá o meu apoio.

Não aceito e nem pactuo com traidores.

Jamais vi reivindicações suas. Se ele as fizesse em favor do município de Jataizinho estaria solidário. A minha lisura

neste episódio poderá facilmente ser constatada através do Deputado que o representa nesta Casa, meu eminente amigo Francisco Escorsin."

Era só.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).—

Agradeço a V. Exa. e com maior respeito quero fazer apenas as observações que não tocam propriamente, ao caso em particular.

Mas de um modo mais amplo, apresso-me em não fazer advertências, muito pelo contrário, nem seria da minha intenção estar até a este ponto.

Mas a experiência, nobre Deputado, tem nos conferido a revelação de que num ano de governo não é possível que se faça uma reavaliação, a maior revelação administrativa, nesta parte me permito discordar de V. Exa.

E V. Exa. afirmou que o Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, a quem nós devotamos respeito também, tem sido uma revelação dos últimos tempos.

Acho que os aplausos, embora seja respeitável o que V. Exa. faz, mas deve ser a expressão do reconhecimento público, o fim do mandato, isso nós haveremos de observar.

Mas esta divergência que está existindo em vários cantos do partido do Governo, é sintoma de um clima que vem abatendo a própria situação, a própria forma de governar e de se ajustar com o partido que defende a sua plataforma de administração. A proclamação de união tem sido veemente quanto às dificuldades.

As divergências estão aí, como aconteceu em Paranavaí, está acontecendo em Cornélio Procópio, falo de uma forma ampla, nobre Deputado, em Jataizinho, até Cascavél onde nós temos visto brigas, brigas e divergências e quase agressões.

De forma, que é um "status" que está a prevalecer, e eu quero frisar aqui o Prefeito da ARENA, Deputado, deixar claro esta situação, que a despeito de ser uma gestão da ARENA, não sei se por privilégio ou desprivilégio, ou falta de apreço ou seja lá o que for, mas, as administrações felizmente aprovam bastante, de que ao menos na parte da nossa agremiação, eu acho que a administração do MDB tem sido profícua e de reconhecimento até, nos escalões da administração pública.

Nesta parte, acredito que até num sentido também mais amplo, estas divergências que são públicas, incontroláveis, violenta a boa fé do povo.

Se há realmente razão, desse Prefeito, em acusar o Governo, realmente não sei.

Pode ser que tenha a melhor intenção - e acredito que tenha - no plano político e estas só causam lisuras tão grandes, que provocam uma apatia do povo por este sistema de se colocar governos nas administrações dos Estados. Acredito que problemas desta natureza declinam uma espécie de subversão, já que está tão usado e, sobretudo, jogado ao MDB. Para a situação política, devolvemos o termo subversão porque estamos empenhados e acredito que a classe política - em resolver os problemas de ordem política.

Homens que não têm sensibilidade política, quem sabe podem precisar de uma ajuda maior para a solução dos problemas. Mas não concordamos com a forma de se escolher Governos, para administrações de Estados nem para Prefeituras de Faixa de Fronteira ou Estâncias Hidro-minerais.

Coloco num termo de comparação as administrações das Prefeituras que têm esta razoável expressão do Estado entre o MDB e a ARENA.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Eminente Deputado Fidelcino Tolentino, o aparte de V. Exa., como sempre nesta Casa, é dos mais úteis para todos nós. E sempre é feito com ponderação, com discernimento e dentro daquela linha que lhe é característica no bom trato e no excelente convívio entre os parlamentares.

Anotei três tópicos que V. Exa. abordou, e concordo plenamente.

Diz V. Exa. que os aplausos que o Sr. Governador recebe e as louvas que por esta tribuna tenho feito, talvez não signifiquem muito, por partirem de um homem de Governo.

Mas, caro Deputado, V. Exa. também como Deputado, somente em um ano nesta Legislatura, conseguiu, através desta Casa e deste Deputado que vos fala, uma simpatia extraordinária e também a certeza de que o trabalho eficiente de V. Exa. se destacou sobremaneira nesta Casa. E não precisou nem um ano para V. Exa. ter este crédito, que lhe atribuo com prazer. Os Anais estão aí para provar a eficiência de V. Exa. durante o primeiro ano de exercício nesta Casa, e afirmo que se V. Exa. se destacou como grande parlamentar dentro de um ano, nosso eminente Governador teve também condições de sê-lo, para impressionar o povo de minha terra, o povo paranaense e, como disse, o próprio Presidente Geisel que, quando tem vindo a este Estádio, manifestou sua satisfação de estar aqui porque encontra à frente do Governo um homem de têmpera e do dinamismo de Jayme Canet Junior.

Outro ponto que V. Exa. abordou, endosso plenamente. Diz V. Exa. que os Srs. Prefeitos da área do MDB têm feito excelentes administrações. Concorde com V. Exa. Vê V. Exa. como não existe nenhum problema entre Governo e Prefeito. Se um Prefeito da área do MDB, segundo opinião de V. Exa. vai bem na administração, porque um Prefeito da ARENA não vai? É questão de capacidade. O Governo é um só, decente, honesto, patriótico. Se falta competência a um Prefeito, seja da ARENA ou do MDB, nós criticamos veemente.

No terceiro ponto, V. Exa. foi mais feliz. Ainda disse que este Prefeito, em péssima hora, num momento em que poderia aproveitar para ficar calado, dirigiu injúrias a um Governo honrado e honesto, e realmente poderia estar enquadrado num problema de subversão.

E para testemunhar vou afirmar que ele ontem, pessoalmente, dirigiu-se a Jataizinho para pegar outro Prefeito, sem condições de administrar, improbo, desonesto para participar deste conchavo que V. Exa. classificou de subversão da ordem social. E espero que o Sr. Governador tome providências enérgicas contra esta subversão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quero que V. Exa. entenda que não tive a intenção de dizer este ou aquele Prefeito. Disse que casos como este, que são superiores a uma situação destas, na ordem política, pelo menos, diante de uma agremiação, é essa a minha posição, declina numa subversão. Quer dizer, o envolvimento, a modificação, a mudança, a alteração, daquele clima naturalmente.

Quero aproveitar para agradecer a V. Exa. os encômios a mim dirigidos. Dirigi-me a V. Exa. com a necessária urbanidade que se deve ter nos parlamentos. E na questão da administração entendo que não existiu tempo ainda. Pode ser que até nós, no final, possamos reconhecer isto, mas agora ainda não houve tempo. Eu, na minha boa fé, quis fazer uma análise de Paranaíba, de Jacarezinho, e até em Jataizinho, está havendo uma divergência que pode ser solucionada pelos políticos. Foi essa a minha interferência, não teve caráter de Lei de Segurança Nacional, até esqueci que existe isto.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Agradeço, mais uma vez, o aparte esclarecedor de V. Exa.

Mas, também acho que é subversão, não se preocupe V. Exa. Se V. Exa. não afirma, eu afirmo, há subversão na cidade de Jataizinho, porque, elementos num conchavo dos mais condenáveis, se uniram numa missão negra, é subversão.

A propósito de Jataizinho, quero deixar aqui uma nota tão pequena quanto seu Prefeito merece. "Trata-se de um elemento inerte, incapaz, improbo, jamais procurou soluções para seu município. Traiu o próprio Partido quando eleito e continua traindo o seu próprio povo. As poucas vezes que vem a

esta Capital, só vem tratar de assuntos de politicagem. Em política, sim, ele nunca teve e jamais terá o meu apoio. Não aceito e nem pactuo com traidores.

Jamais vi reivindicações suas. Se ele as fizesse em favor do Município de Jataizinho, estaria solidário. A minha lisura neste episódio poderá facilmente ser constatada através do Deputado que o representa nesta Casa, meu eminente amigo Francisco Escorsin".

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que assumi, hoje, esta tribuna, tomando tempo dos Srs. Deputados.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado Rosário Pitelli, agradeço o assentimento que V. Exa. me deu, neste aparte, dizer que não conheço o Prefeito Nelson Myiamoto...

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Não perde nada.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — ... mas, conheço o Deputado

Rosário Pitelli, e conheço bem, para discordar totalmente do pronunciamento, da publicação, feita pelo Prefeito de Cornélio Procópio quando quis atingir V. Exa., atribuindo-lhe interferência junto ao Governo do Estado, querendo dividir aí, segundo suas palavras, dividir a incapacidade de administrar um município, com uma prerrogativa que não tem o Deputado Estadual, de administrar indiretamente o Município. Mas, quero apenas, me deter num fato e num exemplo, onde me situo como conhecedor de V. Exa. Sou seu adversário político, em vários municípios, sou seu concorrente político em vários municípios e quero dizer aos companheiros da ARENA, quero dizer aos nobres pares desta Casa, que encontrei em V. Exa., um dos mais dignos e honrados competidores. Em um município, cujo nome vou citar, Itaguapé, o Prefeito, a Câmara, parte da Câmara e parte do Diretório, são de minha liderança política. E V. Exa., como Deputado mais votado, tem a representação prioritária do município. Este Prefeito que se situa exatamente na condição de um Prefeito da ARENA, que não é vinculado a grupo político de Deputado, idêntica situação do Prefeito de Cornélio Procópio, contudo, o Prefeito de Itaguapé tem feito as melhores referências a V. Exa., e quando vem à Assembléia vai ao meu Gabinete e ao seu, porque V. Exa. é um dos parlamentares que permite este tipo de diálogo.

V. Exa. faz com que nesta Casa eu documente as inverdades que o Prefeito de Cornélio Procópio vem dizendo, através da imprensa, com relação ao Deputado Rosário Pitelli, porque conheço, como disse, e sei do seu pensamento, de sua disciplina, como parlamentar, e acredito que, jamais, V. Exa. por problemas pessoais e políticos, haveria de prejudicar aquele Município que tão honrosamente e honradamente representa nesta Casa de Leis, por duas Legislaturas, e município que eu conheci quando V. Exa. era Prefeito e dos mais brilhantes que aquele município já teve.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Responderei ao aparte do

Deputado Quielse Crisóstomo e darei a V. Exa., com muito prazer, eminente Deputado, o aparte que solicita.

Nobre Deputado, o aparte de V. Exa., embora cheio de palavras de elogios a este Deputado, não é nesta parte que quero agradecer. Porque isso é fruto da bondade de seu coração e desse convívio permanente e amigo que temos aqui. Mas agradeço sinceramente, o testemunho de V. Exa., quando afirma que este Deputado que já foi Vereador e Prefeito da cidade, e quando Prefeito conseguiu através de seu esforço e dedicação, fazer algumas obras consideradas pioneiras em todo o Paraná; deixando a modéstia de lado — faço esse parêntesis não para me engrandecer, mas para engrandecer a minha cidade, — quero dizer que este Deputado quando Prefeito em Cornélio Procópio, eleito que foi, foi o primeiro Prefeito a construir 300 casas populares de alto gabarito, com água, luz e esgoto, com dinheiro

da própria Prefeitura, sem um centavo de qualquer um, nem do Banco Nacional de Habitação, que mal sobrevivia ainda com a direção inexperiente de uma mulher, Sandra Cavalcanti, e este Deputado, que vem falar, sem querer chamar para ele, alguma vaidade, mas com o coração satisfeito de ter cumprido o dever, com a alegria de ter podido construir 300 casas de alto gabarito, repito, por preço ínfimo, a 300 famílias que não tinham casa própria naquele tempo, cujo prazo de pagamento não excedeu a 6 anos, e hoje todos são proprietários.

É isso que satisfaz o coração dos homens públicos, porque fizemos alguma coisa que facilitou a sobrevivência do ser humano, nosso irmão.

É neste aspecto que agradeço a V. Exa., porque realmente não existe qualquer insinuação de que este Deputado pudesse, em qualquer momento, preterir os melhoramentos para sua cidade, não de Cornélio Procópio, não de Jataizinho, mas de todo o Estado do Paraná.

Estão aqui todos os Srs. Deputados e a própria bancada do MDB que me conhece, pois tenho a honra de conviver mais amiúdo com alguns elementos, durante o dia e durante a noite, trocando idéias e constatando que todos temos propósitos altos.

Isto não é privilégio meu, é um dever, é um dever que se impõe, e está contido na cabeça, no semblante e no coração de todos os Deputados aqui presentes.

Muito obrigado, Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Queria fazer minhas as palavras do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo. Em Santa Amélia que é também meu reduto político, V. Exa. com sua honradez, sempre soube se conduzir e sempre soube defender a nossa grei arenista.

Quero, neste instante, dizer a V. Exa., que merece o respeito de todos nós arenistas, emedebistas, seus colegas de bancada da Assembléia e seus amigos do norte pioneiro, que o Sr. Prefeito Nelson Myiamoto, esquece muito facilmente o esforço de V. Exa. ao pleitear e ao conseguir, com os governos anteriores, que fosse asfaltada a estrada que liga Cornélio Procópio a Congoinhas.

O Prefeito de Cornélio, nosso conhecido, nosso amigo e companheiro de Partido, Nelson Myiamoto, misturou, como diz Alencar Furtado, “caçado de tatu com serenata”. Não podendo o Sr. Nelson Myiamoto conseguir em sua administração êxito, muitas vezes por falta de tirocínio administrativo, quer jogar a culpa sobre V. Exa. e talvez sobre o Governo dinâmico de Jayme Canet Junior.

Todos nós, assim como os emedebistas, têm visto Jayme Canet Junior de mangas arregaçadas no interior do Estado para levar, na medida do possível, o que as Prefeituras merecem, o que as Prefeituras necessitam. Temos Prefeitos de pequenas cidades de nossa região que viram os próprios do Estado serem reformados, graças a este método de governo, que dá aos prefeitos, através de convênio, a totalidade das despesas.

Se o Prefeito de Cornélio Procópio quis atacar V. Exa. ele atacou toda a agremiação arenista, toda nossa bancada, porque de todos os nossos pares, V. Exa. é um dos mais honrados nesta Casa.

Levo a V. Exa. a nossa solidariedade porque o exemplo que V. Exa. deu em Santa Amélia e em todo o Paraná, no Ribei-
rão do Pinhal, e adjacências de Cornélio Procópio, é um exemplo que devemos seguir, é um exemplo de honradez, é um exemplo principalmente de fidelidade partidária.

Muito obrigado.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Eu que agradeço, Deputado Gabriel Manoel, porque seu testemunho também, para mim, é de grande importância, uma vez que ambos, eu e V. Exa. militamos na mesma área política e num entendimento perfeito que sempre procuramos trazer aos melhoramentos necessários à comunidade que temos a honra de representar.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Lembro ao nobre orador que tem apenas 10 minutos para terminar seu discurso.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Agradeço e dentro do prazo estabelecido pretendo terminar minha exposição.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Antes de conceder aparte ao Deputado Jurandir Messias, gostaria de fazer um adendo com referência a outro ponto do Prefeito Nelson Myiamoto, qual seja o estardalhaço feito por ele referente à SANEPAR.

Recebi ontem, um expediente da SANEPAR. Ele alegou que dormia nas mesas burocráticas do Governo o projeto de ampliação da rede de água e esgoto. Está aqui fácil de ser respondido.

Está aqui, veio assinado pelo Presidente, Sr. Cláudio H. Oliveira Araújo. (Lê):

“1. — A SANEPAR vem operando o sistema de distribuição de água e coleta de esgoto na cidade de Cornélio Procópio desde sua implantação, pois aquele serviço foi transferido diretamente do extinto Departamento de Água e Esgoto, (Autarquia Estadual).

2. — A municipalidade ainda não outorgou a concessão à SANEPAR para a exploração dos serviços de água e esgoto, embora esta Empresa já a tenha solicitado.

A lei autorizatória e o contrato de concessão são elementos indispensáveis para que o BNH libere os financiamentos necessários.

3. — Independentemente da falta dessas formalidades legais, a SANEPAR já providenciou os respectivos projetos de água, estando aprovado o Relatório Técnico Preliminar e contratado o Projeto Técnico Executivo. Este último já analisado pelo BNH e devolvido a esta Empresa para cumprimento de exigências, as quais estão sendo atendidas”.

Estão vendo os Srs. ele alega que a SANEPAR não providenciou a implantação da rede de água e esgoto de Cornélio Procópio mas, esquece que não teve condições, nem tempo, coragem ou discernimento, para enviar à Câmara Municipal de Cornélio Procópio, a qual quero registrar aqui, conta com maioria porque nós dentro do nosso sistema político achamos por bem que os nossos Vereadores devem apoiar os projetos que o Prefeito solicita desde que baseados em atitudes corretas e legais, no entanto, o Sr. Prefeito esquece como sempre, não solicitou à Câmara Municipal de Cornélio Procópio, este referendo e o Projeto está realmente engavetado, por culpa exclusiva do omissso Prefeito Nelson Myiamoto.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Ilustre Deputado Rosário Pitelli, o meu aparte seria apenas para afirmar e ratificar as palavras dos Deputados que o apartearam durante o seu belíssimo pronunciamento, e porque, Deputado, quando aqui chegamos como Deputado recentemente eleito, evidentemente que teríamos que procurar um entrosamento, procurarmos saber como deveríamos nos portar nesta Casa de Leis. De pronto fomos informados, pelos funcionários honrados e dignos desta Casa, que deveríamos imediatamente procurar o Deputado Rosário Pitelli, porque esse Deputado já com bastante vivência, com sua reeleição tranquila, era um homem, era a pessoa, era o Deputado que poderia nos orientar, para nossa caminhada, para nossa jornada durante nossos 4 anos de mandato.

Assim eu procedi, e graças a Deus nos tornamos bons amigos, Deputado Pitelli, grandes amigos, em apenas 1 ano de convivência.

Quando do aparte do eminente Deputado Fidelcino Tolentino, tão bem respondido por V. Exa., que, o Governador Jayme Canet Junior em apenas 1 ano de seu mandato construiu e realizou tanto pelo Estado do Paraná e sua gente. V. Exa. foi

categorico, porque serve como exemplo à minha região, a região que eu represento como Deputado, que jamais os governos que passaram pelo nosso Estado deram um atendimento tão imediato, como o fez o Governo Jayme Canet. A região centro-oeste do Estado só foi reconhecida e foi lembrada pelo atual Governo de Jayme Canet. Porque é do conhecimento que os outros governos davam prioridade e davam quase todos os seus atendimentos, e aonde aplicavam quase a totalidade de suas verbas, davam aos municípios do norte do Paraná. Jayme Canet Junior dividiu equitativamente, suas verbas do Estado, está distribuída a todos os municípios, indistintamente. E não tem este ou aquele município que até hoje não tenha recebido alguma coisa de útil e de bom para sua gente, através da administração Jayme Canet Junior.

E se há divergências, eminente Deputado Pitelli, no nosso Partido, isso é fruto e é natural dos grandes partidos, porque a disputa é nossa, a disputa é interna, a disputa é da ARENA.

É óbvio que nesta hora em que se aproxima mais do pleito, um pleito importantíssimo, é natural que haja divergências, mas V. Exa. Deputado Pitelli, tem deste vosso amigo particular todo o apoio que V. Exa. deseja para as futuras jornadas em seu município.

Era o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Restam dois minutos para o encerramento, nobre Deputado.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — V. Exa. Deputado Hélio Manfrinato, que me solicitou o aparte, tem um minuto para apartear.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Obrigado.

Deputado Rosário Pitelli, eu já conheço a V. Exa. de outros mandatos. V. Exa. tem demonstrado, desde o início, a confiança que o povo lhe conferiu, mas, Deputado, sobre o desentendimento que existe entre V. Exa. e o Prefeito de Cornélio Procopio, geralmente falando em palavras vulgares “onde há fumaça há fogo”. Nós não vamos entrar no mérito do assunto. Mas prometemos voltar na semana que vem, no Grande Expediente, para denunciar da tribuna desta Casa, as barbaridades, melhor dizendo, que existem e estão sendo praticadas por alguns elementos do Diretório da ARENA, principalmente na minha cidade Cianorte. Aonde o Diretório da ARENA naquele Município, desrespeitando a autoridade do Prefeito. E isso, Srs. Deputados, nós vamos juntar entre o problema de Cornélio Procopio e Jataizinho, talvez em parte, em defesa de V. Exa., mas criticar o que está se passando, o desentendimento, a pressão política que estão querendo exercer dentro do meu município e o que não vai ser admitido.

Para que tanto V. Exa. como esta Casa tomem conhecimento, estamos, através da Secretaria dos Transportes, construindo a via de acesso e não é que o Diretório da ARENA, resolveu mudar a via de acesso da cidade? Mandou os instrumentos, engenheiros, sem a permissão do Prefeito. E a determinação deste Deputado foi a de que mandassem as máquinas arrancarem e jogarem tudo fora. O que foi combinado dentro do DER, junto com o meu Prefeito e com a minha presença, está sendo desrespeitado por politicalha. Inclusive marquei com o líder do Governo — E não quero acusar este Deputado que merece todo o meu respeito — mas marquei quatro vezes, ou melhor, pedi audiência com o Sr. Governador, este homem honesto que V. Exa. diz pela tribuna, e que não duvido...

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Digo e afirmo.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — ... mas não consegui audiência.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Já que V. Exa. anunciou que falará na próxima semana, pediria licença para encerrar meu pronunciamento, e, com muito prazer, estarei presente para dialogar com V. Exa., procurando contribuir, de qualquer forma, para o aprimoramento de sua cidade. Obrigado.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Dialogar com V. Exa. é uma

honra e aguardaremos para a semana que vem.
O SR. ROSÁRIO PITELLI — Para terminar, pediria escusas à Mesa, aos Srs. Deputados, aos funcionários e jornalistas, por ter necessidade de trazer um assunto que consideramos jamais deveria ser trazido a esta tribuna. Se o fiz, foi por questão de obrigação, e dever cumprido para com meus amigos e eminentes pares desta Casa. — **Sem revisão do orador**.
O SR. PRESIDENTE — Está encerrado a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — **Irà à Comissão de Constituição e Justiça**.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — **Irà à Comissão de Constituição e Justiça**.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 82/76, veto apostado ao Projeto de Lei 25/75, de autoria do Deputado Trajano Bastos de Oliveira, a fiscalização financeira, orçamentária e patrimonial das Sociedades instituídas pelo Poder Público ou em que o Poder Público que participe com capital majoritário e as Empresas Públicas, qualquer que seja a forma de que se revistam, será exercida pela Assembléia Legislativa e Câmaras Municipais, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências. Parecer da C.C.J., **CONTRÁRIO** ao veto.

OFÍCIO 359/75.

Curitiba, 24 de dezembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício 149/75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § primeiro, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei 25/75, por julgar as partes vetadas contrárias aos interesses do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

1. — Dispõe o autógrafo sobre a fiscalização financeira do Poder Legislativo às entidades paraestatais, inclusive as fundações, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, cujo capital pertença exclusiva ou majoritariamente ao Estado, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições da letra c, do § 1º, do art. 1º; as disposições do § 3º do art. 2º; as expressões “e verificar a execução dos contratos”, constantes da letra c do art. 3º; as expressões “cientificará formalmente, à autoridade responsável para a adoção de providências saneadoras, e”, constantes do “caput”, do art. 5º; as disposições do § 1º do art. 5º; as expressões “do primeiro trimestre”, constantes do art. 6º; as expressões “e demais peças contábeis” constantes da letra a do art. 7º; as disposições das letras b e c do art. 7º; e as expressões “se houver”, constantes da letra d, do art. 7º.
2. — As disposições da letra c, do § 1º, do art. 1º, não foram acolhidas por se tratarem de norma não prevista na legislação federal e cuja imposição não é autorizada pela Lei Federal 6.233, de 14 de julho de 1975, e também, pelo fato de que as inspeções ali previstas se constituem medida

extraordinária e não de rotina.

3. — O contido no § 2º do art. 1º não mereceu sanção, por conflitar com as disposições do art. 10, da Lei Federal 6.223, de 14 de julho de 1975, onde estão especificados os documentos que servirão de base à fiscalização.
4. — A necessidade de aposição de veto ao § 3º do art. 2º, é decorrência da circunstância de que a legislação pertinente à crimes de responsabilidade é de alçada da União, segundo preceitos contidos na Constituição Federal e na Carta Estadual.
5. — Na letra c do art. 3º foram vetadas as expressões “e verificar a execução dos contratos”, pelo simples fato de que, tais expressões fariam com que o dispositivo viesse a exceder o âmbito de competência dos órgãos de controle interno que é definido na legislação federal.
6. — A necessidade de veto às expressões “cientificará, formalmente, à autoridade responsável para a adoção de providências saneadoras, e”, do art. 5º, decorre da matéria não estar regulada na legislação federal específica, sendo vedada sua imposição à entidades sob fiscalização.
7. — As disposições do § 1º, do art. 5º, não foram acolhidas, por constituírem-se normas de aplicação restrita aos Órgãos de Administração Direta, conforme preceitua a Lei Federal.
8. — As expressões “do primeiro trimestre”, contidas no art. 6º, não foram acolhidas, tendo em vista que sua presença no texto do dispositivo implica em conflito com prazos estabelecidos em legislação federal para formalização da aprovação, pelas próprias entidades fiscalizadas, das contas relativas ao exercício anterior.
9. — Foram vetadas na letra a, do art. 7º, as expressões “e demais peças contábeis”, em razão das mesmas, pelo seu amplo sentido, extravasarem ao disposto no art. 10, da Lei Federal 6.223, de 14 de julho de 1975.
10. — As disposições das letras b e c, do art. 7º, não mereceram sanção, pelo fato de excederem, a ponto de constituírem conflito, às disposições do art. 10, da Lei Federal 6.223, de 14 de julho de 1975.
11. — O veto às expressões “se houver”, constantes da letra d, do art. 7º decorre do simples fato de que os certificados de auditoria, se constituem, nos termos da legislação federal, documento de existência compulsória.

Esses, os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA P A R E C E R

I

O veto parcial, ora apreciado, incidiu, inicialmente, sobre as disposições contidas na letra C, do § 1º do art. 1º, sob o fundamento de conflitar com o que dispõe a Lei Federal 6.223, de 14 de julho de 1975, eis que as inspeções ali preconizadas constituem medida extraordinária.

Data vênica, no confronto com a Lei mencionada e pelo que consta expressamente no inciso II do seu Art. 2º, em combinação com o inciso IV, do art. 3º, do mesmo diploma legal, não se vislumbra caráter extraordinário na disposição vetada, que possa conflitar com disposições de lei maior. Pois, apesar de ser a redação das disposições vetadas, pouco claras, entende-se perfeitamente, o seu alcance que é exatamente a fiscalização nos limites da rotina, segundo normas previstas na Legislação Federal e nos próprios termos da Constituição Federal

e Estadual, que são reproduzidos ali em outros termos. Portanto ao nosso entender, o veto aí deve ser rejeitado.

II

Também, data vênica, entendemos não assistir fundamento legal ao veto apostado ao § 2º do art. 1º, porquanto o disposto no art. 10 da Lei Federal 6.223, se refere aos elementos que deverão servir de base para o julgamento das contas pelo Tribunal, não havendo qualquer disposição proibitiva, seja na legislação geral ou específica para, através de autorização do Poder Legislativo, serem requisitados elementos de informação para esclarecimento dos atos em apreciação, pois se assim não fora a lei não teria o alcance que ela preconiza e estaria frustrada no seu espírito.

III

Quanto ao veto apostado ao § 3º do art. 2º, entendemos assistir razão ao Poder Executivo, por inócuo, pois não teria alcance em Legislação Estadual, uma vez que refoge a competência do Estado para dispor sobre a matéria que é da alçada da União, conforme estabelece o art. 8º, inciso XVII, letra B, da Constituição Federal.

Portanto, pela manutenção do veto.

IV

Por outro lado, deve ser rejeitado o veto apostado a letra C, do art. 3º, às expressões “E VERIFICAR AS EXECUÇÕES DOS CONTRATOS”, pois, sem dúvida que tal verificação de execução dos contratos se entende como parte do processo de fiscalização pelos meios que a lei autoriza, não havendo com isso invasão de competência, tão pouco absorção ou mesmo restrição do controle interno afeto ao Poder Executivo.

Se não existe norma expressa na legislação geral ou específica, como quer os fundamentos do veto, como indispensável para subsistência de semelhante disposição, certo que não há também disposição que se contravenha.

Portanto, pela rejeição do veto.

V

No que diz respeito ao veto apostado ao art. 5º, às expressões “CIENTIFICARÁ, FORMALMENTE, À AUTORIDADE RESPONSÁVEL PARA ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS SANEADORAS E”, entendemos assistir razão ao Poder Executivo, sem se cogitar também que não há norma legal neste sentido, pois a Lei Federal 6.223, no seu art. 5º § 1º diz que na hipótese fará o Tribunal comunicação “AO CONGRESSO PARA CONHECIMENTO DA COMISSÃO TÉCNICA RESPECTIVA”.

Portanto, pela manutenção do veto nesta parte.

VI

O veto apostado ao § 1º do art. 5º, data vênica, ao nosso entender deve ser rejeitado, porquanto as disposições vetadas no confronto da sua redação com a norma prevista no § 1º do art. 3º da Lei Federal 6.223, na esfera em que a lei menor terá sua aplicação não são conflitantes.

VII

Assiste razão, no entanto, ao Poder Executivo, quanto ao veto apostado às expressões “do primeiro trimestre”, pois o próprio art. 38, inciso XV, da Constituição Estadual diz que as contas deverão ser prestadas “dentro de sessenta (60) dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao ano anterior”, e tendo em vista o início da sessão legislativa que é em março, não pode ser estabelecido prazo inferior, mesmo aos órgãos da administração indireta, face aos termos da própria Constituição Estadual.

Portanto, pela manutenção do veto.

IX

Igualmente parece dever ser mantido o veto quanto as letras B e C do artigo 7º, desde que são conflitantes essas disposições com o artigo 10, da Lei Federal 6223.

Assiste, finalmente, razão ao veto apostado à letra D do artigo 7º, às expressões "se houver" porquanto no exame das contas a presença dos certificados de auditoria constitui um dos elementos obrigatórios nos termos da Legislação Federal vigente. É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1976.

(aa) DENI SCHWARTZ — Presidente
LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Referente à Proposição 82/76, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, no seguinte teor:

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o plenário, votação nominal da Proposição 82/76, veto apostado ao Projeto de Lei 25/75, de autoria deste Deputado, bem como que a discussão e votação se proceda artigo por artigo, os vetados pelo Sr. Governador.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1976.

a) TRAJANO BASTOS"

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Esta Presidência, antes de colocar em discussão tem a grata honra de anunciar a presença do eminente Deputado Federal Norton Macedo, que nos visita nesta oportunidade.

Em discussão o veto apostado à letra C., do § 1º, do art. 1º. Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o eminente Deputado.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para marcar nossa posição como Relator do veto, queremos enfatizar aqui, que o nosso cuisado não foi no sentido de tão somente rejeitar o veto.

Tivemos a preocupação ao estudar o veto, item por item, E como os Srs. poderão verificar, fomos de opinião que o veto em diversos artigos fosse mantido, em outros, rejeitado.

Porquanto, confrontando os argumentos do veto e a Lei 6223, no qual o veto se amparou e as Constituições Federal e do Estado, entendi que muitos dos artigos vetados, não eram conflitantes nem a Constituição, nem com a Lei citada.

Portanto, Srs. Deputados, quero dizer que a nossa posição em relação ao Parecer, é de imparcialidade.

Desejamos tão somente o aperfeiçoamento da Lei para que ela possa ser executável.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a letra C, do § 1º do artigo 1º

O SR. TRAJANO BASTOS — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todo aquele que administra ou tem sob sua guarda bens, valores, ou dinheiros públicos, é obrigado a prestar contas.

É essencial ao regime democrático o controle de qualquer gestão pública se exerça por órgãos externo à administração: o Tribunal de Contas, instituição autônoma, para auxílio do Poder Legislativo, estruturado, e garantido por uma magistratura superior.

A descentralização administrativa e o desdobramento das atividades do Estado, por intermédio das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e outras entidades, não deve constituir impedimento à queda do princípio universal de prestação de contas dos dinheiros públicos. Embora o controle se exerça

em regime especial, nada impede que a fiscalização das empresas públicas, das sociedades de economia mista e demais entidades, realize sem prejuízo da dinâmica que lhes é peculiar.

Este o pensamento dos eminentes juristas, professor Eli Lopes Meireles, Caio Tácito, Lafaiete Condé, Ministro João Lira Filho e professor Temístocles Cavalcanti.

E este também é o pensamento do Sr. Presidente da República.

Isto porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no início dos trabalhos legislativos do ano passado, constatávamos, pelas notícias dos jornais deste País, que S. Exa. o Sr. Presidente da República, em uma reunião com os Governadores de Estado, realizada em Brasília, havia recomendado aos mesmos a necessidade de uma legislação estadual que obrigasse as sociedades de economia mista, a encaminhar, para prestação de contas, do Poder Legislativo, tudo aquilo que as contas de referissem.

E para reafirmar o que aqui está dito, vimos também pela imprensa que S. Exa. o Sr. Governador do Estado de São Paulo, aproveitando o recesso legislativo, encaminhou projeto de lei, como iniciativa sua, a esse respeito. O que não aconteceu no Paraná, e como S. Exa. o Sr. Governador deste Estado, até a dar em que propusemos a esta douta Casa o Projeto de Lei que tomou o número 25/75, ou seja, em 20 de março de 1975, não tinha encaminhado a este Poder projeto de lei que a este assunto se referia, tomamos a iniciativa de propor à apreciação deste Poder um projeto que depois de 8 longos meses, mereceu, por parte do ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, um substitutivo, o qual foi aprovado pela Comissão competente e aprovado também por este plenário e enviado à sanção do Sr. Governador do Estado. Mereceu por parte de S. Exa. vetos parciais que reduziram o substitutivo do Deputado Luiz Roberto Soares quase que exclusivamente ao artigo 1º.

Lembro-me também, quando da discussão do projeto que criava a EMOPAR, quando neste plenário, na justificativa da posição adotada pelo Governador, o Sr. Deputado, ilustre líder do Governo nesta Casa, Ivo Thomazoni, dizia no seu discurso que o Governador do Estado, por certo, aprovaria o Projeto 25/75, ou seja, o substitutivo apresentado pelo ilustre Deputado Luiz Roberto Soares. Tal não aconteceu.

Não me move, com essa observação, qualquer medida contra o ilustre líder da ARENA, Deputado Ivo Thomazoni, Absolutamente não. Fizemos menção a este episódio, para trazeremos a esta Casa a lembrança de que, quando da tramitação do substitutivo por este Poder, recebeu aprovação unânime dos Deputados presentes. E não há, como afirmei a princípio, qualquer justificativa, Srs. Deputados, que pudessem levar o Sr. Governador a vetar esta proposição. Porque temos em mente, e sem qualquer outra intenção, que esse projeto de lei, o substitutivo votado, encerrava ou encerra a preocupação do próprio Sr. Presidente da República. A importância deste Projeto foi reafirmado quando esteve presente na Comissão de Constituição e Justiça o Presidente do Tribunal de Contas deste Estado, conselheiro Bacilla Neto.

Naquela ocasião S. Exa. fez algumas observações bastante prolongadas a respeito do projeto, concluindo pela necessidade de sua aprovação. Por isso é que me permito, Srs. Deputados, vir a esta tribuna para solicitar a V. Exas que esse veto, principalmente os vetos apostos a esse substitutivo, sejam bem pesados, para que amanhã ou depois não sejamos responsabilizados, a todos nós deste Poder, por negligência. Lembro-me que, quando apresentei esse projeto de lei nesta Casa, me movi por esse princípio, que acredito que não mereça contestação dos Srs. Deputados que todo aquele que administra ou tem sob a sua guarda bens, valores e dinheiros públicos, é obrigado a prestar contas.

Quero crer que neste princípio, nenhum dos Srs. Deputados pode contestar. Este pensamento foi norteado por este princípio. Sem pretender atingir a este ou àquele órgão da

administração pública deste Estado, é que propusemos este plano de lei.

Dizia na ocasião, e não fui contestado, que o Poder Legislativo estava sofrendo uma defasagem dentro de suas competências e continua sofrendo. A nossa função principal que é de legislar está desaparecendo e a nossa função fiscalizadora, a par disto, também está desaparecendo porque os meios de fiscalização nos são negados.

Pergunto a Vs. Exas. Srs. Deputados: a continuar este estado de coisas, a continuar esta marcha de desmoralização do Poder Legislativo, porque lhes roubam as competências principais, amanhã ou depois o que estaremos fazendo aqui? Eu e V. Exas. o que estaremos fazendo aqui, se não nos é dado legislar ou fiscalizar? Fica esta pergunta a V. Exas. Vamos colocar a mão na consciência. Acredito que não pelo simples fato de ter sido a tese levantada por um Deputado da Oposição, seja uma tese derrotada. Não posso acreditar, Srs. Deputados. É por isto que estou na tribuna para marcar a posição não só minha, mas deste Poder.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Trajano Bastos, toda esta Casa o aplaudiu o ano passado quando V. Exa. apresentou projeto de lei disciplinando a fiscalização financeira pelos Tribunais de Conta os órgãos da administração indireta.

Foi depois, baseado inclusive numa sugestão e projeto já então apresentado pelo Senador Franco Montoro, que o Governo Federal mandou mensagem tornando essa fiscalização, essa prestação de contas obrigatória.

Na ocasião todos o aplaudiram e nós até esperávamos que esse projeto fosse aprovado e sancionado o ano passado. Lembro-me, na ocasião, para que o Paraná se tornasse pioneiro pelo gesto de V. Exa. Vejo agora que depois de ter sido apresentado um substitutivo por um Deputado da ARENA, dos mais ilustrados e brilhantes da bancada da ARENA, vai o projeto de lei às mãos do Sr. Governador do Estado e volta mutilado. Tornou-se o projeto, após esses vetos, totalmente inconsequente. Isso mais que nos assusta, mais nos preocupa. Há algum tempo atrás proclamamos e apelamos para que se fiscalizasse, se punisse a corrupção neste País.

Parece que foi bem a propósito que esse veto viesse a ser discutido no dia de hoje. Permito-me, para conhecimento desta Casa e abusando de sua paciência em me dar este aparte, ler apenas um trecho do editorial principal do jornal "O Estado de São Paulo", do dia de hoje, que trata justamente da corrupção a propósito das declarações contundentes do Secretário de Educação do Estado de São Paulo, José Bonifácio Coutinho Nogueira. Diz "O Estado de São Paulo" o seguinte:

"Não faz muito tempo, que após ter sido levantada parte da censura que se impôs à imprensa, de ter sido restituídas aos Tribunais de Contas a independência de suas funções, se comprovou a suspeita alimentada insistentemente no silêncio dos últimos anos; a Revolução não conseguiu ensinar aos administradores de todos os níveis como usar corretamente das operações aritméticas e apresentar balanços limpos e aceitáveis.

A começar por um dos órgãos que mais manipulava recursos públicos nas administrações passadas, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, cujas contas no período 1965/1971, foram severamente criticadas no Tribunal de Contas da União. As multas aplicadas foram simbólicas mas a advertência moral ficou, felizmente ficou. Um mês depois o TCU punia igualmente o Diretor da Divisão de Material do Ministério da Indústria e do Comércio em 1968, em cujas contas foram encontradas, entre outras, "irregularidades irreversíveis".

De norte a sul do País brotaram então denúncias, das empresas de economia mista do Estado do Rio Grande do Norte, ou da modesta Telecomunicações de Rondônia (menos de 5.000 telefones em Porto Velho), a companhia de saneamento

do ex-Estado do Rio, na administração Raymundo Padilha, e a compra de hospitais no Paraná pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Previdência Social. E se quiseram os Srs. Deputados paulistas casos mais próximos e que lhes motivem o dever de fiscalização, aí estão os contratos para a construção da Imigrantes, a compra de trens para a Fepasa, os contratos celebrados pelo Fundo Estadual de Construções Escolares e outros").

É uma denúncia séria, que faz com que todos os políticos responsáveis, os Deputados, pensem e pensem agudamente antes de dar o seu voto nesta proposição.

Eu gostaria, Srs. Deputados, para testemunhar que, no ano passado esteve nesta Casa o Governador do Estado, Sua Excelência o Sr. Jayme Canet Junior, ocasião em que veio dialogar com os Deputados, veio sobretudo para obter a nossa simpatia e a nossa boa vontade para a aprovação de autorização para que o Governo contraísse vultosos empréstimos com organizações nacionais e internacionais, e nós do MDB tivemos a maior boa vontade para com aquele pedido e o aprovamos sem qualquer censura porque acreditávamos e ainda podemos acreditar de que estes recursos serão eficiente e honestamente aplicados no interesse do Paraná. Mas eu me lembro, Sr. deputado, e muitos que aqui estão presentes são testemunhas, que, naquela ocasião nós cobrávamos do Governador do Estado do Paraná, o mesmo comportamento que tivera o Governador de São Paulo, Sr. Paulo Egídio Martins que, assim que assumira o poder, determinara, por decreto, que os órgãos de administração indireta prestassem contas perante o Tribunal de Contas do Estado.

Qual foi, diante da nossa cobrança, a resposta que nos deu o Governador do Estado, Sua Excelência o Sr. Jayme Canet Júnior?

Foi de que ele, pessoalmente, já entrara em entendimentos com o Tribunal de Contas para que providenciasse ou para que fosse realizada esta fiscalização sobre as contas destas instituições. Infelizmente esta sua afirmativa não foi confirmada pelo Tribunal de Contas. A informação que ali obtivemos foi contrária a esta sua afirmativa. E me surpreendo agora, quando eu vejo que, quando esta Assembléia, querendo mostrar o seu empenho de fiscalizar, o seu empenho de cuidar da coisa pública, o seu empenho em demonstrar austeridade administrativa, essa sua iniciativa, esse seu gesto, esse gesto de V. Exa. que enobreceu esta Casa, não tenha, de parte do Sr. Governador do Estado, a compreensão. Não sei porque este susto, não sei porque este veto. Será para que o Paraná permaneça na dúvida? Eu estou certo de que, no combate à corrupção há necessidade da fiscalização do dinheiro público, há necessidade de se obter a austeridade da administração pública, não é obra, não é missão, não é obrigação apenas do MDB. Estou certo de que os ilustres Deputados da ARENA, entendem esta, também como sua missão, também como sua obrigação. E para que, com este veto, nós não tenhamos que entrar, por ver o Paraná por mais uma vez naquele festival de Stanislaw Ponte Preta, eu acredito que nós teremos da ilustrada bancada da ARENA, a simpatia e o apoio para a pretensão de V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Deputado Osvaldo Macedo, não é outra a minha expectativa, do que a que quer V. Exa.

Gostaríamos, além de agradecer o eminente aparte de V. Exa. que vem trazer argumentação valiosa para o que aqui se discute, chegarmos exatamente à compração de atitudes entre o Governador do Estado de São Paulo, Sr. Paulo Egídio e o governador do Paraná, Sr. Jayme Canet Júnior. Digo e repito, que na ocasião o Sr. Governador do Estado de São Paulo foi elogiadíssimo por toda a imprensa nacional, porque havia usado inteligentemente a recomendação de S. Exa. o Sr. Presidente da República, para através de decreto obrigar as Sociedades de Economia Mista daquele Estado a prestar contas, evitando que a Oposição daquele Estado empunhasse esta bandeira.

Ficamos na expectativa, na quase certeza que o Sr. Governador do Estado do Paraná, adotaria a mesma linha de conduta, não mais por decreto, porque tinha passado o tempo e o Poder Legislativo estava em funcionamento, mas devia ele ter mandado um projeto de lei com o mesmo sentido e não mandou.

Nos resta agora, Srs. Deputados, uma dúvida atroz. Teve duas oportunidades o Sr. Governador do Estado em dar provas de que teve o máximo interesse, que as empresas de Economia Mista da administração indireta deste Estado prestasse contas ao povo e a este Poder, na primeira perdeu a oportunidade, e na segunda, que seria com o envio deste projeto, perde a segunda oportunidade para nos deixar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, digo e repito, numa dúvida atroz.

Por quê? Vamos por eliminação. Seria porque a iniciativa coube a um Deputado da Oposição? Não posso acreditar; seria para que o Estado não conhecesse o povo deste Estado, não conhecesse onde é aplicada as vultuosas importâncias manipuladas pelas Sociedades de Economia Mista deste Estado, que conforme afirmações do Presidente do Tribunal de Contas deste Estado, vão a quase 73 por cento do montante do dinheiro do Estado.

É um orçamento paralelo com o Estado e talvez maior... O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Trajano Bastos, estou pedindo este aparte, mas quero ver se não me incluo, Deputado, entre os Deputados descritos pela última "Voz do Paraná" com as seguintes expressões:

"O ríffli na Assembléia só confirma uma velha e triste opinião".

"Na verdade, o balanço de um ano e pouco de atividade na presente legislatura, mostra antes de mais nada, o ledô enganoso cometido pelos dois e meio milhões de eleitores que em novembro de 74, escolheram seus 54 representantes, 29 da ARENA e 25 do MDB.

Enganaram-se também os que viam neste equilíbrio de forças o remédio ideal para superar modorra dos quatros anos anteriores, em que a ARENA dominava esmagadoramente o Plenário.

O outro tópico diz a "Voz do Paraná" com relação a esta Assembléia, eu repito, "é ter personalidade por pendurar um pedaço de pano no pescoço, o que se chama gravata, enfim, é mais fácil indagar, o que fez a Assembléia Legislativa até agora, é claro que no balanço de suas atividades, não entram na coluna do crédito, as centenas de requerimentos propondo votos de louvor, nem os discursos de elogios fácil a obra do Governo proferidas por zelosos arenistas, nem tampouco os discursos para tratar de picuinhas políticas interioranas que diariamente ressoam peço Plenário (quase sempre vazio)".

Sr. Presidente, porque quero que no Diário da Assembléia conste o que estou lendo, porque ainda acredito nesta Casa, porque ainda acredito nos Deputados da ARENA e do MDB, é que venho neste momento dizer que, na verdade, estamos todos devendo alguma coisa ao Estado do Paraná. E já que está neste jornal isto que li, talvez seja o momento de iniciarmos.

E é o apelo que faço aos seus companheiros e aos caros colegas da ARENA, que analisemos, não com olhos de políticos, mas analisemos este projeto que não diz que haja no Paraná corrupção, mas para evitarmos que amanhã ou depois, neste ou em outro Governo, venha alguém, como veio o Presidente do Banco do Brasil no Rio de Janeiro, há poucos dias, prestar uma declaração: "Não é verdade que o Presidente do Banco do Brasil ganha 100 mil cruzeiros por mês. O seu ordenado não chega a esta importância".

Então precisamos ter uma administração limpa, e foi o próprio Governador Jayme Canet Júnior que disse, e este jornal "A Voz do Paraná" publicou, a um engenheiro da COPEL, que se quisesse "carpet", em seu apartamento, no longínquo Foz da

Areia, que ele comprasse, porque o dinheiro do Estado não era para ser gasto com "carpet" em acampamentos da COPEL.

Por isso, neste momento me uno ao apelo de V. Exa. para que se unam Deputados da ARENA e do MDB para analisar o projeto de vossa autoria.

O SR. TRAJANO BASTOS — Deputado Deni Schwartz, agradeço a intervenção importante de V. Exa. Gostaria de fazer um registro sobre o que afirma o jornal "A Voz do Paraná", e se saio um pouco do assunto aqui tratado é porque foi inserido no contexto da discussão.

Não me incluo, e não admito que o jornal "A Voz do Paraná", prestigioso e inteligente órgão de publicação, faça a análise que fez, depreciativa deste Poder, generalizando e totalizando os integrantes desta Casa.

Este jornal não está bem informado, porque não deve ter tido notícias de quando aqui assumimos esta tribuna pela primeira vez, defendendo os interesses do Paraná no que diz respeito à distribuição dos Distritos Florestais dos Estados, que o Governo Federal, astutamente, através de uma política mineira, pretendia deixar de fora o Estado do Paraná dentro dos benefícios que aquela política de reflorestamento trazia aos Estados produtores de madeira.

O Paraná estava fora, Sr. Presidente. E foi da tribuna deste Poder, por um Deputado, que esta tese foi levantada. Não é interesse mesquinho, mas é interesse do Paraná. E hoje vemos que a nossa voz foi escutada e a Secretaria de Planejamento deste Estado reformulou o estudo e nós fomos ao IBDF para que reestudasse as medidas políticas tomadas para beneficiar Minas Gerais, que nunca produziu madeira.

Não deveria estar atendo o jornal "A Voz do Paraná", quando apresentamos projeto de reforma constitucional, prevendo a obrigatoriedade de passar por esta Casa a indicação dos nomes para assumirem as Presidências das Sociedades de Economia Mista. Isto é prestigiar o Poder, Srs. Deputados.

Não me envergonho de ser Deputado neste Estado. Pelo contrário, me orgulho e me engrandeço.

Está desinformado o jornal "A Voz do Paraná" quando propusemos esta medida saneadora no Estado do Paraná, levantando uma bandeira que serviu de exemplo ao resto do País. Não me incluo, portanto, entre os 29 citados pelo jornal "A voz do Paraná".

Chamo a atenção para este jornal, sério e criterioso para que seja mais bem informado, para que se informe melhor, antes de emitir suas opiniões, ou pelo menos não as generalize entre os 54 Deputados que tomam assento nesta Casa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuando, se esta declaração possa parecer, a quem quer que seja de V. Exas. como uma posição de um político que não tenha a experiência de uma "velha raposa" eu confesso que não tenho. Porque, comecei minha vida pública como Vereador. Depois, vim para esta Casa, mas não tive ainda o tempo necessário para que me tornasse o bom, o experiente político.

Talvez a esperança que apresentei, desde o dia que apresentei à Casa o Projeto 25/75, esperança que esta voz fosse ouvida por todos os Deputados deste Poder e pelo Sr. Governador do Estado.

Hoje, com o veto que não é bem fundamentado, que não é bem justificado, a esta nossa proposição, devo confessar a V. Exa. que me entristece. Entristece porque não encontramos, nas disposições de S. Exa. o Sr. Governador, e isto é reafirmado agora, em dar a esta Casa o prestigiamto que ela merece. Prestigiamto esse que, tantas vezes solicitado, tantas vezes atendido.

Fico, Srs. Deputados, nesta dúvida atroz.

Mas, mais uma vez quero ser ingênuo, porque acho que é na ingenuidade que estão as intenções mais puras. Alimento, ainda, a esperança de, nesta oportunidade, seja corrigido o ato talvez não bem estudado pelo Sr. Governador do Estado.

Quero neste instante, fazer uma pelo aos Srs. Deputados que compõem este Poder. Não o faço como emedebista. Não o faço por demagogia. Faço-o por entendê-lo assim. E tenho certeza que, no fundo, todos os Srs. Deputados, inclusive os ilustres Deputados da Aliança Renovadora Nacional, com quem sempre mantive o melhor diálogo, e que toda vez, Srs. Deputados, permitam-me dizer isso, daqui e agora, jamais subi a esta tribuna para tratar de assuntos levianos. Jamais assumi esta tribuna para desvalorizá-la.

Sempre que aqui me fiz presente, como tantos outros Srs. Deputados, foi para tratar de assuntos sérios e de grande interesse do Estado e desta Nação.

É por isso, que quero continuar sendo ingênuo, acreditando e crendo que os Srs. Deputados darão a oportunidade ao Sr. Governador do Estado, para que ele possa reformular seu pensamento e sua conduta.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a deferência de V. Exa. e temos acompanhado V. Exa. na atuação parlamentar nesta Casa e não poderíamos evitar esse impulso em socorrê-lo, e não só socorrê-lo e não só valorizar o Poder Legislativo, que é um atributo de nossa competência, mas sobremaneira para lembrar, concitar e até exaltar aos membros deste Poder Legislativo, que esse projeto caberá a mais alta relevância e os mais altos interesses na preservação do objetivo para o qual foi proposto, fiscalizar e uma maior vigilância deste Poder para o desempenho até do preceito constitucional que manda que ele faça e exerça até do preceito constitucional que manda que ele faça e exerça sua função aqui, agora e sempre.

E é por causa disso, que não vejo, não sinto, que haja clima de discórdia neste pensamento que imperou também na oportunidade de apreciar e ser aprovado o projeto que foi endereçado para sanção. Não vejo, Deputado, não sinto o clima para isso, conquanto respeite as ponderações de V. Exa. que foram também oportunas. Acho mesmo que naturalmente essa posição assumida por este Poder, será sustentada hoje, não só para atender a essa invocação feita por V. Exa., de independência deste Poder, mas por ser uma necessidade para a legislação da matéria, e porque ele vem conferir os altos interesses do Estado e aí também a todos os Partidos.

O que existe é um corpo de parlamentares de duas agremiações, lutando por um objetivo de enriquecer a legislação do Estado, para buscar o equilíbrio do Poder. Acredito e conclamo todos os Deputados para que sustentando e honrando as decisões tomadas, quando da exposição do projeto, mantenham a posição adotada, porque ela confere aos interesses mais lícitos da população do Paraná e quero roborar o pensamento do Deputado Deni Schwartz quando resguardou a posição deste Poder, com relação — e eu mesmo falei na questão da direção de Itaipu, e V. Exa. lembrou bem a questão do Distrito Florestal, como defendeu também o Deputado Luiz Carlos Zuk uma questão séria para este Poder, e o Deputado Maurício Fruct defendeu a questão da Rede Ferroviária, cuja direção deveria ficar neste Estado, quando também em defesa de várias posições, como foi o caso dos cafeicultores do Paraná, quando este Poder se levantou, se esquecendo das diferenças de ordem ideológica das duas agremiações. Acredito, tenho fé e esperança, que todos os parlamentares sustentarão a posição já assumida na discussão deste Projeto.

Parabenizo-me com V. Exa. e acredito no altaneirismo e supremo poder de decisão desta Assembléia Legislativa.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço a intervenção de V.

Exa. e foi muito oportuna, me trouxe à mente um episódio que iremos viver na semana que vem.

As Assembléias Legislativa do Brasil estarão reunidas em Belo Horizonte. Tema principal: "Fortalecimento do Poder Legislativo do Brasil".

Acabo de receber a passagem como membro integrante dessa comitiva. Iremos a Belo Horizonte, mas queremos ir a Belo Horizonte, para dizer naquele conclave que o Paraná, que a Assembléia Legislativa deste Estado está imbuída do mesmo princípio, da necessidade, que todos nós reconhecemos, do fortalecimento do Poder Legislativo. Não quero ir a Belo Horizonte como um derrotado, porque sairei derrotado, sairemos derrotados se este veto for vencido. Diremos o que em Belo Horizonte? Que o Governo do Paraná vetou projeto desta natureza, cujo veto foi sustentado por esta Casa. Não posso crer.

O SR. DÁCIO LEONEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, permita-me V. Exa. que inicialmente discorde de alguns aspectos abordados na discussão desta matéria. Aquilo que gostaríamos de ouvir a respeito das partes vetadas pelo Sr. Governador efetivamente não foi apreciado.

Falou-se que, talvez a medida tomada pelo Sr. Governador do Estado, se devesse admitir a hipótese de que a autoria do projeto coube a ilustre parlamentar pertencente ao Movimento Democrático Brasileiro.

Todavia, tomamos conhecimento de que não houve veto puro e simples. S. Exa. o Sr. Governador vetou 10 partes do projeto de lei.

Veja V. Exa. que dessas dez partes, seis delas receberam inclusive o parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça favorável à manutenção do veto. São seis das dez partes que receberam votação unânime da Comissão de Constituição e Justiça, de cujo parecer foi relator o eminente Deputado da bancada do MDB, Lineu Turra, ainda com a participação e votação de outros Deputados pertencentes ao Movimento Democrático Brasileiro. Como consequência eles também reconhecem que dessas dez partes, vetadas, seis delas, no entendimento da CCJ, mereceriam que esta Casa ao apreciar a matéria houvesse por bem se definir pela manutenção do veto.

Como consequência, com exceção do parecer de 4 partes das dez, gostaríamos de ouvir as ponderações:

Letra "c", do § 1º, do art. 1º, S. Exa. do Sr. Governador diz ter vetado "por se tratar de norma não prevista na legislação federal número 6223, de 14 de julho de 1975, e também, pelo fato de que as inspeções ali previstas se constituem medida extraordinária e não de rotina".

"O contido no § 2º, do art. 1º, não mereceu sanção, por conflitar com as disposições do art. 10, da Lei Federal número 6223, de 14 de julho de 1975, onde estão especificados os documentos que servirão de base à fiscalização".

"Na letra "c" do artigo 3º, foram vetadas as expressões "e verificar a execução dos contratos", pelo simples fato de que, tais expressões fariam com que o dispositivo viesse a exceder o âmbito da competência dos órgãos de controle interno que é definido na legislação federal".

"As disposições do § 1º, do artigo 5º, não foram acolhidas, por constituírem-se normas de aplicação restrita aos Órgãos de Administração Direta, conforme preceitua a Lei Federal".

Essas partes, evidentemente, que a CCJ, não acolheu, ela deu suas razões. Vai caber ao plenário na discussão do conteúdo na justificativa do Sr. Governador, porque se disse que não houve justificativa. Mas aqui estão as razões do veto, foram apresentadas, conforme preceitua a Lei. Sua Excelência disse o porquê não estava acolhendo.

Entendo, então, que o aspecto não pode ser levado para outro campo, como se está pretendendo, apenas para se dar a intenção ou então para possibilitar que se crie uma imagem de que efetivamente o Governo não pretende a fiscalização financeira do Poder Legislativo, as entidades paraestatais, fundações dotadas de personalidade jurídica de direito privado, cujo capital pertença à exclusiva, ou majoritariamente ao Estado.

É apenas a observação que eu faria porque, me permita V. Exa. eu noto que há uma certa divagação a respeito da ma-

téria, enquanto que a expectativa de todos os componentes desta Casa que aqui estão, é evidentemente no sentido do confronto razões apresentadas pelo Governador, e também as razões apresentadas pelo Parecer aprovado unanimemente pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Agradeço a bondade e a lhanza de V. Exa.

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu que agradeço, nobre Deputado.

Na realidade, nobre Deputado Dácio Leonel, quem deveria esclarecer estas dúvidas a V. Exa. seria o Deputado Luiz Roberto Soares, que é o autor do substitutivo, porque pelo menos o Deputado Luiz Roberto Soares, ilustre Deputado desta Casa, ao oferecer o substitutivo teve o cuidado de conservar a essência do projeto original, do 25/75, mesma habilidade que não teve o Sr. Governador do Estado. E as razões invocadas por V. Exa. não nos convencem. E se V. Exa. se detiver para ler o parecer do ilustre Deputado Lineu Turra, vai ficar devidamente esclarecido.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado, apenas para relatar a V. Exa. e à Casa — em especial a V. Exa. porque não participa da Comissão de Constituição e Justiça, exemplo que não cabe ao eminente Deputado Dácio Leonel que é membro da Comissão — longa e cuidadosamente a Comissão de Constituição e Justiça, debateu e estudou esta matéria quando lá chegou o original de sua autoria, quando lá chegou o Substitutivo de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, quando lá chegou o Veto e quando agora chegou o Parecer do Deputado Lineu Turra.

Entendeu a Comissão que, efetivamente, ao ser apresentado o Substitutivo, havia no seu corpo alguma coisa que abundava, porque existia legislação capaz de cobrir aquelas partes feridas no texto do Substitutivo. Vetadas estas partes, a Comissão entendeu também que, por abundar, poderiam ser estirpadas mas, não abriu a mão a Comissão e, por sua unanimidade, por unanimidade dos presentes inclusive, com a presença de alguns Deputados da Aliança Renovadora Nacional, aprovou o Parecer do eminente Deputado Lineu Turra. E o que pretendeu a Comissão? Rejeitar o Veto em 4 aspectos que nos parecem fundamentais, quando não deseja que se exerça auditoria e inspeção para apurar eventuais irregularidades, quando impõe a obrigatoriedade de análise de processo, de documento ou de informação, nas contas dessas empresas, quando o Veto também não deseja contemplar a possibilidade de se apreciar os resultados obtidos e verificar a execução de contratos.

E finalmente, no último tópico, quando o Veto impede que na hipótese de sanção pelo Tribunal de Contas, julgada desnecessária a representação deva dar ciência, aquele órgão, a esta Assembléia, das irregularidades verificadas, o que me parece deputado, é que V. Exa. em boa hora e em boa hora acatado pela unanimidade desta Casa, porque unanimemente foi aprovado o projeto de V. Exa., o que me parece é que quis o Poder Legislativo entregar a um Governo sério, honesto, probo e decente, a possibilidade de, a cada instante, ter em suas mãos o atestado de probidade, de decência e de dignidade. Isto caberia a um Governo, sério, decente e honesto.

E levaria com suma honra para o interior de seu município, de suas atividades, o atestado de moralidade passado pelo povo do Paraná.

E é isso que me parece agora, não pretender este Governo, não pretender a bancada que nos dá sustentação nesta Casa.

Eu voltarei mais tarde, eminente Deputado, agradecendo o aparte que me concede agora.

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu é quem agradeço o aparte de V. Exa., e reafirmando que atestado de honestidade de probidade queira ter, e deva ter o Governo deste Estado e a oportunidade para tê-lo, passado pela Assembléia, e por este Poder, as contas das Sociedades de Administração indireta deste Estado.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de

finalizamos, apenas para lamentar, a ausência nesta oportunidade do ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, que foi o autor do substitutivo oferecido ao projeto original. E devo reafirmar a V. Exas., ilustres Deputados, o que disse na CCJ na oportunidade em que esteve presente o Sr. Presidente do Tribunal de Contas deste Estado, para emitir opinião sobre o projeto.

O projeto original, a redação do projeto original, parecianos, salvo melhor juízo, um projeto quase que perfeito, pelo fato, pelo simples fato, deste projeto ter sido redigido por uma autoridade desta matéria, neste assunto, neste País, que é o Prof. Ely Lopes de Meirelles.

Mas como este ilustre professor, o trabalho dele por nosso intermédio apresentado nesta Casa, tenha recebido os reparos do ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, muito justo, e numa demonstração de boa vontade, apoiamos o substitutivo na sua íntegra. Boa vontade esta, em contrapartida, porque não tivemos infelizmente, do Sr. Governador do Estado.

Mas quero, mais uma vez, sem pretender me tornar enfadonho mais uma vez, dirigir o meu apelo aos Srs. Deputados e a esta Casa para que seja dada oportunidade a este Poder, de não referendar um ato impensado, e até certo ponto injusto, e até certo ponto inexplicável, do Sr. Governador do Estado. Esta é a oportunidade, para colocarmos o carro na estrada. Oportunidade essa, Srs. Deputados, que quero ter a certeza não nos será negada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o veto apostado ao § 1º, artigo 1º. Para discutir, tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir). Sr. Presidente, antes de discutir a matéria, levanto uma questão de ordem para indagar de V. Exa.

Desde que aprovados dois requerimentos da lavra do eminente Deputado Trajano Bastos, o primeiro deles em que solicita a discussão e votação por expressões vetadas e que incida a discussão sobre artigos da lei. O segundo, que a votação seja feita nominalmente.

A indagação é a de que se V. Exa. regimentalmente vai permitir que, ao colocar em discussão artigo por artigo, se defira ao parlamentar o direito regimental de discutir pelo tempo que o Regimento Interno defere, isto é sessenta minutos sobre cada um ou se a cada Deputado será facultado o direito de falar regimentalmente uma só vez sobre a matéria toda.

Colocado em discussão o veto apostado sobre as disposições da letra C, do § 1º, do artigo 1º, nós assistimos, e até foi agradável assistir porque foi ilustrativo o Deputado que desta tribuna discutiu a matéria, de maneira genérica, englobando a matéria.

Na questão de ordem indagaria se devo me ater à discussão do artigo que V. Exa. colocou em discussão para proceder a votação, ou se posso usar, como aconteceu com o Deputado Trajano Bastos, o tempo regimental e se será facultado a mim voltar à tribuna ou se V. Exa. adotará outra maneira.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Vou transferir ao Plenário a questão de ordem. No meu entender o Deputado teria uma hora para discutir todos os vetos, dentro do projeto. Entretanto o requerimento fala em discussão e que a discussão e votação se procedam artigo por artigo. Consultaria o Plenário, mas a opinião da Mesa é a de que se faça a discussão englobadamente e a votação artigo por artigo.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com a proposição da Mesa de que a discussão se faça englobadamente de todo o período vetado e de que a votação se faça artigo por artigo, queiram se conservar como estão. Aprovada.

V. Exa. tem o prazo regimental para discutir todos os vetos apostos a este Projeto.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a sábia decisão da Mesa.

Inicialmente, Sr. Presidente, já que o assunto foi focalizado neste plenário, devo me solidarizar com o eminente Depu-

tado Trajano Bastos e com o eminente deputado Deni Schwartz quando contestam a publicação de prestigioso periódico da Capital que, mal informado, pejorativamente, alude à ação dos Parlamentares, dos paranaenses que nesta Casa trabalham, pretendendo que a opinião públicas deles faça ou deles tenha uma imagem destorcida da realidade.

É lastimável, Sr. presidente, que o jornalista não viva alguns poucos dias no ambiente salutar deste Poder Legislativo, pois haveria de assistir Deputados do MDB e da ARENA vivendo instantes, horas, dias, semanas, meses, de atribulações, sofrendo, pretendendo colocar esta instituição que, no espírito de cada um, está como o Poder mais legítimo, porque representativo da vontade popular, acima de qualquer interesse não pessoal, mas até político-partidário.

Lamento que esse periódico não assista nossas sessões. Não se informe sobre nossos trabalhos, porque os Srs. Deputados, muitas vezes, não dispõem de tempo para almoçar. E, quantas vezes, deixamos de jantar, fugindo do convívio da família, porque as atribuições do Parlamentar, do Deputado Estadual, principalmente no Paraná, estão hoje multiplicadas por afazeres que deveriam ser atribuídos exclusivamente à alçada de divisões, ou departamentos de alguma secretaria ou órgão da administração indireta.

É de se chorar, Sr. Presidente, que a opinião pública tome conhecimento de forma errada do comportamento, do idealismo, do patriotismo, do amor ao próximo, que invade os corações dos parlamentares que vivem nesta Casa. Relegando compromissos, muitas vezes de ordem familiar. Eu mesmo, queria estar, às 17,00 horas de hoje, estar com minha esposa no consultório do Dr. Rachid, para ter os resultados de dezenas de exames médicos que ela submeteu-se nas últimas semanas.

A esses que atiram pedras, a este Poder, que o façam com tamanha passividade, é que devemos responder, Sr. Presidente, com a altivez do nosso procedimento.

E, às vezes, Sr. Presidente, ocupamos esta tribuna, como todos, com os ânimos exacerbados, porque com os nervos em frangalhos, com a obrigação de atender, pessoalmente, 50, 60 e até 80 pessoas, no contato diário, vimos a este plenário, como todos, cansados. Às vezes desanimados e não acreditando num futuro, num porvir mais risonho para a família brasileira que mora no Paraná.

E se alguma vez, em função disso, uma atitude ainda que possa ter parecido desrespeitosa, antes de inserir comentários desta natureza, deveria o proprietário do periódico, e jornalistas pesquisar muitas vezes as razões do clima de intranquilidade que quase sempre não é fruto de nossa convivência, mas é fruto do reflexo de coisas que aqui se fazem sentir através até, Sr. Presidente, do receio de que o povo deixe de ter, como tem hoje, uma tribuna democrática, onde possa reivindicar, reclamar, e contestar, e aplaudir.

Sr. Presidente, talvez com esse espírito, hoje de desalento até, para verificar que somos impotentes para dizer o quanto valemos no contexto dos poderes dessa Nação, é que eu me apresento aqui não para contestar, não para como dono da verdade, dizer que a posição que adotamos ao nosso comportamento, na votação da matéria, não significa e não significará jamais uma posição antagônica de restrição ao que se pretende justificar como prestigiamento do Poder Legislativo. Prestigiamento do Poder, é o comparecimento às sessões. É o horário sagrado dos Srs. Deputados, em permanecerem neste plenário para com altivez e com justiça, exercerem seu direito pleno, democrático, de votarem com a sua consciência.

E, em caso idêntico a este episódio, vivemos na sessão ordinária de ontem, quando Deputados de minha bancada da ARENA votaram com o projeto, pela rejeição do veto, porque a liderança não fecha a questão. Porque a liderança tem pretendido demonstrar aos Srs. Deputados e aqueles que assistem a essa sessão, que não são verdadeiras as insinuações ou acusações

de que esta bancada tem mantido uma fidelidade bovina para com os atos governamentais. Temos procurado fazer com que cada um exerça seu direito pleno de divergir das atitudes governamentais, mas gostamos muito, Sr. Presidente, de votarmos convencidos, quando a argumentação que deve ser mais técnica, não convence, de que o Governo, ao proceder como no caso em tela, relegou a um segundo plano, os mais altos interesses da coletividade.

Porque Sr. Presidente, tenho conhecimento pessoal de que esse veto está com seus dias contados para ser por esta Casa analisado, e sei também, SR. Presidente, que a douta Comissão de Constituição e Justiça, que tem na sua composição, a honrá-la, com os nomes mais expressivos da cultura e conhecimento jurídico desta Casa, não tenha, pelas razões a que me referi, tempo hábil e suficiente para analisar detidamente a validade do veto apostado pelo Sr. Governador do Estado, e o eminente Deputado, Vice-Líder da ARENA, Dácio Leonel, foi muito mais feliz ao significar que o Sr. Governador do Estado vetou algumas expressões, alguns parágrafos de artigos desta lei, mas jamais levou em consideração o fato que esse projeto tivesse sido da lavra, da iniciativa de um eminente e inteligente Deputado da bancada do MDB. Se assim não fôsse, Sr. Presidente, o veto poderia ter sido vetado totalmente,

A matéria tem dez itens. Mereceram o veto as disposições contidas na letra c, do § 1.º; o contido no § 2.º, do art. 1.º; as disposições do § 3.º, do art. 2.º; as expressões “e verificar a execução dos contratos” constantes da letra c, do art. 3.º; as expressões “cientificará, formalmente, à autoridade responsável para a adoção de providências saneadoras, e constantes do “caput” do art. 5.º; as disposições do § 1.º, do art. 5.º; as expressões “do primeiro trimestre”, constantes do art. 6.º; as expressões “e demais peças contábeis”, constantes da letra a, do art. 7.º; as disposições das letras b e c, do art. 7.º; e as expressões “se houver”, constantes da letra d, do art. 7.º.

A exiguidade do tempo, Sr. Presidente que é fatal para que apreciemos esta matéria, não permitiu um exame mais apurado, porque se permitisse, tenho certeza, que o resultado do parecer técnico da CCJ não seria este, seria outro.

Entre este fator e o fato de que o Sr. Governador do Estado dispõe de uma assessoria bem remunerada e altamente qualificada me deixam, Sr. Presidente, com um drama de consciência. Devo acreditar no Sr. Governador que, baseado nas informações de sua assessoria, que é onerosa e que tem vivência com problemas desta natureza, que ouviu os órgãos mais intimamente ligados ao problema, afirma por exemplo, que as disposições da letra c, do § 1.º, do art. 1.º, não foram acolhidas “por se tratarem de norma não prevista na legislação federal e cuja imposição não é autorizada pela Lei Federal n.º 6223, de 14 de julho de 1975 e, também, pelo fato de que as inspeções ali previstas se constituem medida extraordinária e não de rotina.”

Por esta razão o Sr. Governador vetou a letra c, do § 1.º, do art. 1.º, que está assim redigido:

“Compreende o desempenho de função de auditoria e a realização de inspeções e a apuração de possíveis irregularidades mediante expressa provocação do Poder Legislativo”.

Sr. Presidente, estamos sob a égide da emenda constitucional n.º 3 e, Sr. Presidente, temos não só pela Constituição já arraigadas normas que se pretendem aprimorar e neste projeto se aprimoram normas de fiscalização do emprego dos dinheiros públicos. E sabemos Sr. Presidente, e temos que saber diferenciar o que entendemos como fiscalização de rotina, como medida de rotina e medida extraordinária, senão não estaríamos, Sr. Presidente, acreditando num órgão de assessoria deste Poder Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado que já está e esta Casa está informada, mantendo auditores não só nas Secretarias, — nos órgãos da administração direta do Estado, mas também junto às sociedades de economia mista, junto às empresas públicas,

ou órgãos paraestatais, numa forma de fiscalização, Sr. Presidente, que eu entendo altamente salutar porque impede, muitas vezes, a adoção de medidas consideradas pelo Executivo, legais, e que o Tribunal de Contas as entende, muitas vezes, como à margem da legislação existente.

É por isto que fico muitas vezes a me perguntar:

— Será que, como líder do Governo estou servindo a um Governo que não mereça o meu respeito, a minha confiança, se sei, pelas palavras, pela ação do Governador Jayme Canet Júnior, que ele abriu as portas de sua administração para a fiscalização do Tribunal de Contas, e, por extensão, deste Poder?

Somente gostaria, Sr. Presidente, que, ao contestar o Veto apostado às disposições da letra C do parágrafo 1.º do artigo 1.º, que provassem que as inspeções ali preconizadas realmente não se constituem medidas de rotina ou medidas extraordinárias, e sim, de rotina.

Então haveria, Sr. Presidente, de, coerente com o meu espírito de homem público, de votar contra o veto governamental; e se fico, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e se dou credibilidade à justificativa governamental, justificativa aceita pela Comissão de Constituição e Justiça em 6 tópicos e rejeitada em 4 deles, é porque, Sr. Presidente, continuo acreditando que estes vetos não ferem a essência do projeto de lei já transformado em Lei. Como, Sr. Presidente, gostaria também de estar convencido de que o contido no parágrafo 2.º do artigo 1.º não conflita com as disposições do artigo 10 da Lei Federal n.º 6223, porque o entendimento governamental é de que estão ali especificados os documentos que servirão de base à fiscalização e que, portanto, obrigatoriamente o Executivo terá que encaminhá-los à consideração judiciosa do Tribunal de Contas e, se os considerarem errôneos ou fora das normas da aplicação da Lei de Meios, representará a este Poder para que este Poder, adote as medidas preconizadas pela Constituição. O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Peço desculpas ao Deputado Thomazoni, e solicitaria à Mesa para a tomada de consciência dos Srs. Deputados. Quer me parecer que houve uma incorreção na Ordem do Dia distribuída à Casa, que não se fez acompanhar do projeto em si. Todos aqui, estão se debatendo com o artigo 1.º - parágrafo 2.º - Letra C, da Lei.

Mas trocado em miúdos, o que está significando isso?

Estamos discutindo sem saber o verdadeiro teor da matéria.

Então, o meu requerimento, Sr. Presidente, é de que providenciasse a distribuição ao menos para as duas bancadas de uma cópia do projeto, a fim de que nós soubéssemos quais as disposições, o assunto que está sendo focalizado.

Porque temos apenas tanto no parecer como no veto, a referência aos artigos, mas não o assunto em si.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa respondendo a questão de ordem, quando se faz uma ordem do Dia que conste um veto não se publica o projeto de dia anterior, porque já foi publicado por ocasião da sua votação.

Mas, de fato, um assunto desta importância, faz falta a nós, mesmo a Presidência sentiu falta do projeto de lei no avulso.

Apesar de não ser obrigatório, não ser praxe, a Presidência vai ver se consegue.

O Departamento Legislativo, talvez consiga para nós, os avulsos já publicados por ocasião da votação da Lei, para que seja distribuído aos Srs. Deputados.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, tenho a máxima satisfação de ilustrar ao eminente Deputado Nilso Sguarezi.

Já li, o que preceitua a Letra C do § 1.º do Artigo 1.º, vetado. Eu poderia também, Sr. Presidente, dizer do que expres-

sa o contido no § 2.º do Artigo 1.º. (Lê): “Parágrafo 2.º — Nenhum processo, documento ou informação poderão ser negados ao Tribunal de Contas quando expressamente autorizado pelo Poder Legislativo, a requisitar inclusive, os de natureza reservada que serão tratados com esse caráter.”

E daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer menção à justificativa governamental que após ao veto, ao § 2.º do Artigo 1.º, porque o contido no § 2.º do Artigo 1.º não mereceu sanção por conflitar com as disposições do Artigo 10 da Lei Federal 6223 de 14 de julho de 75, onde já estão especificados os documentos e certidão de base à fiscalização.

Mas, dizia, Sr. Presidente, que quando o Tribunal de Contas, considerar aqueles documentos não hábeis ou suficientes para analisar o emprego dos dinheiros públicos, poderá o Tribunal de Contas e isso é constitucional, representar para esta Casa, e esta Casa adotará as medidas constitucionais para esclarecer.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado, em certo momento, preocupei-me porque preambulava também V. Exa., apesar de criticar esta atitude de companheiros que passaram pela tribuna.

Ao que sei, ninguém pretende retirar a pretensão da necessidade do Governo, preferimos como quer V. Exa., ficar no trato do texto legal, a entrar neste terreno.

Indagaria se V. Exa. tem em mãos a Lei 6223.

O SR. IVO THOMAZONI — Responderia a V. Exa. que a Comissão de Constituição e Justiça, pela exiguidade de tempo, analisou também o parecer, sem dispôr na oportunidade.....

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Deputado, participei da Comissão, e mais do que contribuí, me ilustrei com as discussões havidas em relação a este assunto.

O eminente Governador vetou a Letra C, do § 1.º, do artigo 1.º por se tratar, na afirmação dele, de norma não prevista na legislação federal e cuja imposição não é autorizada pela Lei 6223.

E também pelo fato de que as inspeções se constituem em medidas extraordinárias e não de rotina.

Há um fato denunciado nesta terra e principalmente neste período, de que os Governos acabam sendo geridos e executados por um escalão invisível.

Prefiro ficar com o visível, com o palpável, que é o parecer da Comissão que diz, em contraposição à fala governamental: “No confronto com a Lei mencionada e pelo que consta expressamente no inciso II do seu artigo 2.º, em combinação com o inciso IV, do artigo 3.º, do mesmo diploma legal, não se vislumbra caráter extraordinário na disposição vetada, que possa conflitar com disposição de lei maior.

Pois, apesar de ser a redação das disposições vetadas, pouco claras, estende-se, perfeitamente, o seu alcance, que é exatamente a fiscalização nos limites da rotina, segundo normas previstas na Legislação Federal e nos próprios termos da Constituição Federal e Estadual que são reproduzidos ali em outros termos.

Portanto a nosso entender, o veto aí deve ser rejeitado”.

Este texto, Sr. Deputado, parece fruto de muito estudo, de muito trabalho, não só do relator, mas também dos que se ativeram a estudar esta matéria.

O SR. IVO THOMAZONI — Ia fazer menção ao parecer e verifico, nobre Deputado, que a própria Comissão de Constituição e Justiça, admite, como se a redação, apesar de ser a redação das disposições vetadas.....

O SR. ENÉAS FARIA — No entendimento da Comissão, e não do Governador.

O SR. IVO THOMAZONI — Imagine se a própria Comissão considera as disposições vetadas pouco claras.

O SR. ENÉAS FARIA — O que não impede que se deprecenda

perfeitamente a intenção do legislador.

O SR. IVO THOMAZONI — Exatamente, Deputado Enéas

Faria, V. Exa. concorda ou deverá concordar com o que eu afirmei. A própria Comissão de Constituição e Justiça afirma que, segundo normas previstas na legislação federal e nos termos da Constituição Federal e Estadual, que são reproduzidos ali em outros termos, seria redundante a matéria porque a Lei maior terá, acima de tudo, de ser respeitada pelo Executivo.

O Sr. Enéas Faria — Não há conflito. Talvez a legislação específica sejam mais abrangente, mas sem conflitar com qualquer texto da Legislação Federal.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, se me detenho a analisar a argumentação governamental ao justificar o veto apostado à letra "C", do artigo 3.º, e a letra "C" do artigo 3.º diz: "apreciar os resultados obtidos e verificar a execução dos contratos".

Vetadas as expressões "e verificar a execução dos contratos".

O veto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deveu-se ao simples fato de que, tais expressões fariam com que os seus dispositivos viessem a exceder o âmbito de competência dos órgãos de controle interno.

O Sr. Enéas Faria V. Exa. faz menção à letra "C" do § 1.º, do artigo 1.º?

O SR. IVO THOMAZONI — À letra "C" do artigo 3.º, que diz: "apreciar os resultados obtidos e verificar a execução dos contratos".

Veja V. Exa. que permanece a letra "C" com a seguinte redação: "apreciar os resultados obtidos". Veta-se a expressão: "e verificar a execução dos contratos".

Mantém o Sr. Governador as expressões "apreciar os resultados obtidos". E veta as expressões "e verificar a execução dos contratos".

Só para significar que a justificativa governamental, ao vetar essas expressões, o fez pelo simples fato de que tais expressões no entendimento do Executivo, fariam com que o dispositivo viesse a exceder o âmbito de competência dos órgãos de controle interno, o que é impedido na legislação federal.

O Sr. Enéas Faria — Veja bem, nobre deputado, que os poucos cuidados por parte do Executivo em respaldar legalmente as razões do veto, cita tangencialmente, que é referido na legislação federal.

Não especifica, não menciona, não entra em minúcias, o que causou, certamente, um trabalho um pouco mais demorado por parte do Relator e aí então, entende o Relator e entende a Comissão que não há invasão não há conflito, mais uma vez. A não ser que exista na legislação federal algum engano qualquer, exista um dispositivo aqui não citado e que não foi levantado e não foi descoberto, porque em tudo que se analisou, se estudou e por tudo que se sabe, não se encontrou o que conflitasse ou presumisse a invasão de competência.

E se V. Exa. atentar para o parecer, aprovado por unanimidade, na parte final diz o seguinte: "não existe norma expressa na legislação geral ou específica que fundamente o veto, como indispensável para subsistência de semelhante disposição, certo que não há também disposição que se contravenha".

A medida que V. Exa. levanta as razões do veto, eu procuro discutir com V. Exa. e fundamento com o parecer da Comissão.

Verifique V. Exa. na parte final do item 4.º do parecer que trata deste assunto.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. se refere onde o parecer afirma: "Se não existe norma expressa na legislação geral ou específica, como quer os fundamentos do veto, como indispensável para a subsistência de semelhante disposição, certo que não há também disposição que se contravenha".

Parece que V. Exa. faz menção ao final do parecer contido no item 4.º.

O Sr. Enéas Faria — Não pudemos descobrir dispositivo na legislação que proíba a atitude do legislador.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado, nós sabemos, e V. Exa. mais do que ninguém sabe, que os órgãos de controle interno e de fiscalização têm normas de já há longo tempo vigentes, capazes de por si só responsabilizarem o executante do orçamento, que não se comporta rigorosamente dentro do que preceitua a lei.

E o Governador, ao vetar a expressão: "e verificar a execução dos contratos", não pretende fugir à fiscalização do Tribunal de Contas ou da Assembléia Legislativa do Estado.

É que a máquina governamental já dispõe de dispositivo de controle administrativo.

Se apuradas irregularidades, caberá, então, sim, ao órgão controlador e não esta Casa, solicitar medidas que responsabilizem criminalmente, porque do contrário teríamos que acompanhar o raciocínio daqueles que afirmam que haveria invasão no âmbito da competência de outros poderes.

É exatamente isso.

O Sr. Lineu Turra — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Só para esclarecer o problema de controle interno e externo.

Lerei aqui para V. Exa. o artigo 40 da Constituição Estadual que trata do controle interno, que diz o que é controle interno afeto ao Executivo: "criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e da despesa; acompanhar a execução de programas de trabalho e a do orçamento; avaliar os resultados alcançados pelos administradores e verificar a execução dos contratos".

O SR. IVO THOMAZONI — Existe uma interpretação dúbia.

Há uma diferença sobre a expressão "acompanhar" e a expressão "verificar".

Cabe a este Poder acompanhar o resultado, acompanhar a execução de determinada obra; agora quanto à verificação, esta cabe e é da competência do Governo que é o que está realizando e a nós caberá, no futuro, a fiscalização.

Veja V. Exa., que no item 2, do artigo 40 da Constituição, realmente, a expressão primeira no "caput" do item 2, ela conflita porque diz "acompanhar a execução de problema de trabalho e a do orçamento".

Aqui se pretende, nobre Deputado, apreciar os resultados ouvidos e verificar a execução dos contratos.

O Sr. Lineu Turra — É uma decorrência do poder amplo que tem do controle externo através do Tribunal de Contas. Acho que não haveria invasão apenas nos limites do seu direito de fiscalizar, aí então a Assembléia entraria.

O SR. IVO THOMAZONI — Tenho um entendimento e disse no início, sou falível porque sou humano, todavia sou dos homens que mais respeita o direito de cada um haver-se dentro de suas responsabilidades.

Acho que a execução à fiscalização, deve sempre estar sujeita à fiscalização do órgão executar e, no caso, é o Poder Executivo.

A este Poder caberá, em qualquer instante, considerar a aplicação do dinheiro como sendo conflitante com a norma vigente, denunciá-lo e requerer a responsabilidade de quem, extravasando competência ou de outra forma não respeitando a legislação, possa estar prejudicando, com seu comportamento, a aplicação do dinheiro público?

O Sr. Lineu Turra — Quero acrescentar a V. Exa. que o art. 39 da Constituição, também, fala em sua parte final" e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo".

Portanto não só pelo sistema externo, mas, também, pelo sistema interno.

O SR. IVO THOMAZONI — No caso é atribuição do Tribunal de Contas que é o órgão auxiliar deste Poder.

O Sr. Lineu Turra — Então, envolve, também, sistema interno.

O SR. IVO THOMAZONI — Só que o controle externo deve estar limitado à competência do nosso Poder, sem ferir a competência de outro Poder.

O Sr. Osvaldo Macedo(— V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Pretendo esclarecer e “trocar em miúdos” esta discussão. Inicialmente, gostaria de louvar a atitude de V. Exa. bastante democrática de, em discutindo, não ter posição tomada nesta matéria.

Queria esclarecer o seguinte: Estamos discutindo o veto apostado à expressão final, contida no projeto, da letra c, do art. 3.º.

Veja bem que existem aí duas atribuições.

A primeira delas:

As duas atribuições dadas pela letra c, do art. 3.º, portanto ao Tribunal de Contas, portanto a esta Assembléia seria:

- 1.º - apreciar os resultados obtidos; e
- 2.º - verificar a execução dos contratos.

Vamos primeiro, observar que o Sr. Governador vetou apenas a segunda parte e manteve a primeira.

Veja bem a expressão que manteve “apreciar os resultados obtidos”, implica numa análise subjetiva conferida ao Tribunal de Contas.

Ele apreciará os resultados obtidos, portanto, ele apreciará com critérios também subjetivos ao contrário da verificação da execução dos contratos, para cuja análise se exigirão critérios objetivos.

Esta discussão, ou esta matéria mantido pelo Sr. Governador do Estado, vem em apoio, vem em respaldo à tese já defendida pelos Tribunais de Contas deste País, sobretudo após aquele famoso parecer do Ministro Batista Ramos, do Tribunal de Contas da União, quando analisou as contas do Governo Médici quando disse, daquela feita, que, não era dado aos Tribunais de Contas, fazer análise dos resultados ou das aplicações, mas apenas conferir números.

Vê-se agora que esta mentalidade mudou e o próprio Governo do Estado admite esta mudança e concorda que o Tribunal de Contas e portanto esta Assembléia, faça uma análise dos resultados obtidos.

Parece-me que ele não foi justo, ou talvez tenha sido até açodado neste veto, porque, se melhor analisasse para ele seria até mais oportuno vetar a primeira parte, e manter a segunda, porque a verificação da execução dos contratos se fará “à posteriori”, se fará após a conclusão dos contratos; não exercerá, não poderá e não tem condições materiais nesses contratos, nem o Tribunal de Contas nem esta Assembléia, de verificar ou fiscalizar amiudadamente, diuturnamente, todos os contratos celebrados pelos órgãos da administração indireta.

Só o fará, por ocasião da prestação de contas.

É ou não é verdadeiro?

E a análise e a verificação da execução dos contratos se fará por critérios objetivos, diante do contrato assinado, Srs. Deputados.

Eu não sei se V. Exa. prestou atenção no que eu disse.

O que me parece, talvez, seja a medida mais salutar prevista no projeto de lei, esta, justamente a vetada, porque o Governo ou o órgão ficará imune de qualquer injustiça e de qualquer pretensão política, ou qualquer motivação parcial nessa análise, porque esta análise haverá de ser feita com os critérios objetivos do contrato já assinado que, portanto, será objeto de um concurso público.

Não é verdadeiro?

Então a mim me parece que V. Exa. terá boa vontade e compreenderá esta nossa explanação, e concluirá por con-

cordar com a Comissão de Constituição e Justiça, concordar com o autor do projeto e do Substitutivo, mantendo esta expressão que me parece - volto a dizer - a mais salutar que vi no projeto.

SR. IVO THOMAZONI — Inicialmente, o Governador do Estado tem a seu critério o fato de:

1) - haver mantido íntegro o artigo 3.º e as letras AeB, que vou ler para esclarecimento desta Casa:

“Artigo 1.º - O controle interno das entidades mencionadas no artigo 1.º deverá ter suas atribuições definidas em estatuto, objetivando criar as condições indispensáveis para:

- a) assegurar a eficiência ao controle interno”.
Exatamente, dentro do que preceitua dispositivo até da Constituição.
- b) Acompanhar a execução dos programas econômicos e financeiros-“ Atribuição específica deste Poder. Todavia-”.
- c) Apreciar os resultados obtidos? Sim.- Todavia, como diz. “E verificar a execução dos contratos, não? Porque?

Agora, apelo ao eminente Deputado Osvaldo Macedo, para o senso prático do homem público.

Imaginemos como figura, apenas como figura, imaginemos a assinatura de um contrato perfeitamente acabado, firmado por um órgão da administração direta do Estado, vamos especificar, no caso, a Secretaria dos Transportes, órgão direto.

Com A B C empreiteira X ou Y, para execução de uma obra de X quilômetro de estrada pavimentada.

É da competência do Executivo, verificar a execução do contrato.

Imaginem V. Exas., se este Poder tivesse delegado a si, a competência de, constatar, de verificar a fiel execução do contrato.

Estaria aquele contratante, o empreiteiro, sujeito às incursões deste Poder no seu campo de trabalho, e aí é que eu, Sr. Deputado, volto a reafirmar, numa invasão de competências este Poder estaria invadindo terreno do Executivo, por que?

É faculdade do Executivo como contratante da obra, como aquele que na execução do programa orçamentário, desde que devidamente cumpridas as disposições das leis que regulamentam esta matéria, de fiscalizar e de acompanhar a execução do contrato.

A este Poder, verificada que, na execução do contrato não houve de qualquer das partes contratantes o cumprimento de qualquer das suas cláusulas então sei, a este Poder caberá, aplicar a Lei que é clara neste sentido e, portanto, responsabilizar criminalmente aquele que não cumpriu as disposições contidas num contrato perfeito e acabado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa quer, primeiro, comunicar a V. Exa. que tem apenas dois minutos para conclusão, e dá mais um minuto para V. Exa.

O Sr. Osvaldo Macedo — Quero também lembrar que a competência deste Poder e do Tribunal de Contas é a fiscalização dos atos do Poder Executivo.

O Poder Executivo, como contratante, exigirá da outra parte o cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

A verificação da execução só pode ser feita ao final do contrato, para ver se ele foi executado dentro das cláusulas estabelecidas.

Mas, imaginemos que o contrato celebrado pela Secretaria de Transportes com empreiteira, concluída a obra, terá este Poder, por esta lei, capacidade de verificar se este contrato foi bem executado, se não houve condescendência com o bem público, por parte do Executivo.

É este o espírito do legislador.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, não posso deixar de fazer menção, de passagem, ao veto apostado às dispo-

sições do § 1º do art. 5º, que não foram acolhidas, por se constituírem normas de aplicação restrita aos órgãos de administração direta, conforme preceitua a lei federal.

Poderíamos falar sobre o que entendemos de competência também nesta particular, mas acreditamos que estamos todos esclarecidos sobre a matéria. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em discussão as disposições vetadas pelo Governador do Estado. Encerrada a discussão. Em votação. Em votação o § 1º, do art. 1º, na sua letra C.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não quero tomar o tempo da Casa, apenas quero alertar aos Srs. Deputados a esta expressão. A fiscalização prevista neste artigo, compreende, na letra C: "O desempenho de função de auditoria e a realização de inspeções necessárias à apreciação das contas apresentadas e a apuração de possíveis irregularidades, mediante expressa provocação do Legislativo".

Srs. Deputados, esta letra permite à Assembléia, ao Legislativo, por essência o Poder fiscalizador do Estado, que tenha a competência de provocar uma fiscalização que se torna necessária num momento determinado. O Governador veta, dizendo que esta fiscalização não é de rotina, é extraordinária. Mas bem sabemos de que não adianta existir uma fiscalização apenas "a posteriori". Porque, enquanto o Legislador se preocupa em fechar as várias portas para a fraude ou para qualquer deturpação dos negócios públicos, se abrem outras portas para que o homem mal intencionado consiga por ela escapar.

É preciso que fique esclarecido que a Assembléia provocará fiscalização será feita pelo Tribunal de Contas pelas normas pertinentes à legislação que assegura.

Então a Assembléia apenas tem o poder de prorrogar essa fiscalização e nada mais. Abrindo mão desse dispositivo, a Assembléia não tem de fato o poder de fiscalizar, porque se os Srs. lerem esse decreto, exatamente acontecidas irregularidades, o próprio decreto não tem sanção nenhuma às empresas. Então a Assembléia, abrindo mão, não derrubando esse veto, perderá a iniciativa de provocar uma fiscalização num acontecimento importante, e há de se esperar até o final do ano, quando for remetido ao Tribunal de Contas. Poderá a Assembléia evitar, com uma simples prorrogação, que algum mal para o erário público venha a ocorrer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o veto apostado à letra C do artigo 1º.

Os Srs. Deputados que votam a favor do projeto, rejeitando o veto, votarão "sim" e os Srs. Deputados que votam contra o projeto, pela manutenção do veto, votarão "não".

Requerimento do Deputado Adalberto Daros, que requer prorrogação da presente sessão, pelo prazo de 2 horas. — Aprovado.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados:

Gabriel Sampaio - ausente	Del Ciel - Sim
Aguinaldo P. Lima - ausente	Maurício Fruet - Sim
Fidelcino Tolentino - Sim	Leopoldo Jacomel - Não
Accioly Neto - Sim	Adalberto Daros - Não
Alfredo Gulin - Não	Antonio Facci - Sim
Aragão de Mattos Leão - ausente	Basílio Zanusso - Não
Dácio Leonel - Não	David Federmann - ausente
Deni Schwartz - Sim	Domício Scaramella - Sim
Edilson Alencar - Sim	Egon Pudell - ausente
Enéas Faria - Sim	Ernesto Dal'Oglio - ausente
Ezequias Losso - Não	Fabiano Braga Cortes - Não
Francisco Escorsin - Não	Fuad Nacli - Não
Gabriel Manoel - ausente	Gilberto Carvalho - Não
Hélio Manfrinato - ausente	Ivan Ruppel - Não
Ivo Thomazoni - Não	Jayme Rodrigues Carvalho - Sim

João Cioni Neto - ausente	José Domingos Scarpellini - ausente
Jorge Sato - Não	Jurandir Messias - Não
Lázaro Dumont - Não	Lineu Turra - Sim
Lúcio Machado - ausente	Luiz Alberto Oliveira - não
Luiz Carlos Zuk - ausente	Luiz Roberto Soares - ausente
Nelson Buffara - Sim	Nilso Sguarezi - Sim
Osvaldo Macedo - Sim	Muggiati Filho - Sim
Otássio Pereira - ausente	Quielse Crisóstomo - Não
Rosário Pitelli - Não	Trajan Bastos - Sim
Valter Pietrângelo - Sim	Waldenício Barbalho - Sim
Werner Wanderer - Não	Wilson Fortes - ausente.

O SR. PRESIDENTE — Votaram 37 Srs. Deputados. 20 "sim" e 17 "não". — Mantido o veto e rejeitado o projeto.

Em votação as disposições do § 2º do art. 1º. O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados, que deverão votar da mesma forma.

Gabriel Sampaio - ausente	Del Ciel - Sim
Aguinaldo P. Lima - ausente	Maurício Fruet - ausente
Fidelcino Tolentino - Sim	Leopoldo Jacomel - Não
Accioly Neto - Sim	Adalberto Daros - Sim
Alfredo Gulin - Não	Antonio Facci - Sim
Aragão de Matos Leão - ausente	Bazílio Zanusso - Não
Dácio Leonel - Não	

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria de retirar o meu requerimento na parte que diz respeito a votação nominal, item por item. Desta maneira, gostaria que a votação fosse feita englobadamente. Nominal, mas englobadamente.

O SR. PRESIDENTE — Será o seu requerimento verbal, transferido ao plenário, que foi quem o aprovou.

Requerimento verbal do Sr. Trajano Bastos, que pretende transformar, a partir do § 2º, do art. 1º.

Em discussão, em votação. — Aprovado o requerimento).

O Sr. 1º Secretário reiniciará a chamada nominal dos Srs. Deputados, para a votação.

— (É procedido o reinício da chamada nominal dos Srs. Deputados).

20 Srs. Deputados votaram com a palavra "Sim"; 17 Srs. Deputados votaram com a palavra "Não". — Mantido o veto, rejeitadas as expressões vetadas no Projeto.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para pedir a informação à Mesa, porque me parece que o Deputado Francisco Escorsin teria votado na primeira chamada?

O SR. PRESIDENTE — Não, foi cortado. Alguém respondeu

por ele, como alguém respondeu também pelo Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, que também não foi computado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 23/76, que objetiva criar no Quadro Próprio do Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado, cargos que especifica e dá outras providências. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 23/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Ficam criados no Quadro Próprio de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, 54 (cinquenta e quatro) cargos de provimento em Comissão, de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C.

Parágrafo Único — Em consequência, ficam extintos no mesmo Quadro de Pessoal:

I — 2 (dois) cargos de Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL-17;

II — 4 (quatro) cargos de Auxiliar de Plenário e Conser-

vação, nível PL-16;

III — 3 (três) cargos de Auxiliar de Plenário e Conservação nível PL-15;

IV — 30 (trinta) cargos de Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL-14;

V — 2 (dois) cargos de Motorista, nível PL-17;

VI — 2 (dois) cargos de Motorista, nível PL-16;

VII — 3 (três) cargos de Motorista, nível PL-15;

VIII — 2 (dois) cargos de Motorista, nível PL-14;

IX — 1 (um) cargo de Motorista, nível PL-13;

X — 1 (um) cargo de Motorista, nível PL-12;

XI — 1 (um) cargo de Auxiliar Legislativo, nível PL-15;

XII — 1 (um) cargo de Auxiliar Legislativo, nível PL-14;

XIII — 1 (um) cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível PL-15;

XIV — 1 (um) cargo de Escriurário, nível PL-14.

Art. 2º — A Comissão Executiva apresentará, no prazo de 30 (trinta) dias, por Projeto de Resolução, a reorganização dos serviços administrativos da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, com reformas estruturais dos órgãos que a integram, alteração de denominações de cargos, funções e séries de classes e definição de competências e atribuições.

Art. 3º — As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento Geral do Estado

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 03/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 74/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Engenheiro Beltrão, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 290/73, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que estadualiza a estrada que liga Cerro Azul a Sengés, via Vila Varzeão. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C. e CONTRÁRIO DA C.F., COM SUBSTITUTIVO. — Aprovado, com Substitutivo.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 173/75, de autoria do Deputado Deni Schwartz, que declara de utilidade Pública a Sociedade Esportiva, Recreativa, Beneficente Primavera de Enéas Marques - Paraná, com sede na cidade de Enéas Marques. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 13/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 68/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura e Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, objetivando desenvolvimento de um programa Especial de Pesquisa conforme específica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 14/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 78/76, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Paraná, objetivando prosseguimento dos trabalhos ligados ao programa de Defesa Sanitária Vegetal, e ao Sub-Programa Erradicação do Cancro Cítrico, no Estado. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 153/74, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública a Ação Maçônica Abraham Lincoln, — AMAL, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 15/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 01/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Adrianópolis, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Bom Jesus e o Ginásio Estadual Dr. Saddock de Sá, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 15/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 29 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Adrianópolis, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Bom Jesus e Ginásio Estadual Dr. Saddock de Sá, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa)

ACCIOLY NETO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição Nº 01/76.

Acompanhado de Mensagem Governamental 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 29 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Adrianópolis, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Bom Jesus e Ginásio Estadual Dr. Saddock de Sá, na sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os Convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa)

ACCIOLY NETO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 72/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o município de Capitão Leônidas Marques à cidade de Cascavel. Parecer CONTRÁRIO DA C.C.J. e favoráveis da C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 72/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir

ao DER, para efeito de conservação e melhorias, a estrada de rodagem que liga o Município de Capitão Leônidas Marques à cidade de Cascavel.

Art. 2º — A despesa com a execução da presente Lei correrá à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Capitão Leônidas Marques está completamente separado da sede da Comarca de Capanema, pelo grande Rio Iguaçu.

Estando geograficamente unido ao Município de Cascavel por linhas secas, mas servido por estradas de rodagem cujo precário estado atual não corresponde à necessidade daquele centro, notório pela sua produção agrícola e por suas indústrias extrativas de madeira, que tem como escoadouro desses produtos a BR-277, que demanda ao Porto de Paranaguá, este pequeno trecho de ligação rodoviária deve merecer as atenções do Estado.

Considerando que os contatos do município de Capitão Leônidas Marques com outras partes do Estado e do País são feitos através da chamada Capital do Oeste - Cascavel, conhecida como o Centro Comercial daquela micro-região, não pode, "data venia", a ligação entre esses municípios continuar a ser feita por estrada de leito natural, a qual seguidamente não oferece as mínimas condições para o tráfego de veículos.

Dáí porque, entendemos ser dever urgente do Estado, transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de pavimentação, conservação e melhoria, o trecho de estrada de rodagem que liga as referidas comunas.

Como é sabido, essa estrada, que interliga o Oeste com o Sudoeste, vem sendo mantida e conservada quase que somente pelo Município de Cascavel, que vem sendo instado com frequência pela população daquela cidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI 72/75

De autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, objetiva o presente Projeto de Lei autorizar o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a rodovia que liga o Município de Capitão Leônidas Marques à cidade de Cascavel.

Embora a medida se nos afigure justa e oportuna, implica em aumento da despesa pública, o que é vedado pelo art. 35 da Constituição Estadual, que preceitua o seguinte: "Art. 35: É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

Nestas condições nosso parecer é pela rejeição do plano de lei em tela.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1975.

aa) Accioly Neto - Presidente; Ezequias Losso - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

O presente Projeto de Lei 36/75, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, visa declarar de utilidade pública a "Associação da Escola Internacional de Curitiba", com sede nesta Capital.

A douta Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se analisando seu aspecto constitucional e legal, pela sua aprovação.

Com relação a esta Comissão, nada temos a examinar, já que a natureza do Projeto não interfere em matéria financeira.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1976.

aa) Quilse Crisóstomo - Presidente; Aragão de Matos Leão - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Parecer ao Projeto de Lei 72/75

De autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, objetiva o presente Projeto de Lei autorizar o Poder Executivo a transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, a rodovia que liga o Município de Capitão Leônidas Marques à cidade de Cascavel.

Apesar do parecer contrário da C.C.J., no âmbito desta Comissão, o aspecto ali apreciado não comporta, senão a objetividade do plano de lei do ponto de vista do interesse coletivo.

E aí pois, sem dúvida, o projeto está a merecer inteira aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1975.

aa) Alfredo Gulin - Presidente; Lineu Turra - Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 149/75, de autoria do Deputado Valter Pietrângelo, que autoriza o Poder Executivo, declarar de utilidade pública todas as áreas do Território Paranaense cobertas por matas virgens e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., - EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI 149/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica autorizado o Poder Executivo, a declarar de utilidade pública, por meio de Lei Ordinária, todas as áreas do território paranaense, cobertas por florestas virgens.

Art. 2º — Para atender o dispositivo anterior, poderá o Poder Executivo utilizar recursos orçamentários específicos, a fim de garantir, com pessoal e equipamentos, a integridade destas florestas em estado natural.

Art. 3º — O Poder Executivo não poderá dispor, utilizar ou conceder essas áreas, sem prévia autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

"Os grandes maciços vegetais favorecem a benignidade do clima. São vastos anteparos contra os ventos mais constantes que, não encontrando a terra protegida, acarretariam a perda da umidade, calcinariam as plantas tenras, matariam os germes, esterilizando o que os mais frios e os mais impestuosos, moderam a sua natural aspereza. A temperatura é então, mais igual e é pois, favorável à vida de todos os seres úteis".

É da lavra do ilustre e emérito historiador Assis Brasil a citação que prefacia nosso pronunciamento o qual tem como norte, sublinhar justificativa embasadora ao documento que ora submetemos à preclara apreciação de nossos pares com antecipada certeza da unânime escolha por parte do colegiado parlamentar com assento nesta augusta Casa de representação popu-

lar. Buscamos o respaldo do referendo junto aos Srs. Deputados atendendo e obedecendo às normas regimentais. Elaboramos o projeto de lei, cuja germinação está agora sob vossas responsabilidades e, sua ascensão ao Poder Executivo constitui-se como evidente expressão da vontade do povo e, mesmo por vias indiretas sendo o Governo povo, haverá ele de proporcionar consistência legal para que se cumpra o que o povo reivindica. E COM RACIONALIDADE E JUSTIÇA.

“Enquanto o machado rechia nos troncos e as labaredas fazem crepitar a folhagem enlutando de fumo o recesso vivente, o homem não dá pelo mal, tão ávida é nele a cobiça, que só para o lucro tem os olhos. Ai dele . . . a floresta vinga-se morrendo; onde cai, esplanase o deserto. . . e os espectros das florestas mortas, são a fome, a sede, a enfermidade, os ciclones, as inundações. . .” Coelho Neto mescla de profecia sua poesia e se vivo hoje estivesse, entristecido estaria, contemplando o prematuro cumprimento da desgraça por ele presciente.

Se iniciamos nossas palavras embalando-as em cantares, assim o fazemos porque em nossa Bandeira ainda resplandece o Verde; se iniciamos nossas palavras recorrendo à página poéticas, fazêmo-lo porque a árvore sempre foi Musa viva dos da natureza amantes.

Mas de ora em diante, a cruel realidade passará a tonificar nossa dissertação.

É nossa filosofia a extensão da pragmaticidade às medidas que invocamos para resguardar nossas riquezas naturais.

Da área de 1.99.554 quilômetros quadrados que representa todo o território paranaense, 176.544 quilômetros quadrados eram ocupados por mais primitivas, dos quais 100 mil eram cobertos por perobas, canelas, pau-marfins, cedros, e outras madeiras de lei e os 76 mil restantes, tomados por matas araucarianas.

São números divulgados através da recente publicação do Banco de Desenvolvimento do Paraná, e se destina a INCENTIVAR O INVESTIDOR.

Em sua discriminação sobre o panorama atual, esse informativo, cujos méritos são específicos para o plano de ação a expansão do órgão que o elaborou, comete pecado de importância capital quando engloba a percentagem de áreas cobertas com florestas naturais, somando-a ao “quantum” das áreas tomadas por estradas, rios, cidades e terras inaproveitáveis, numa clara desdenha ao que, em termos de sobrevivência, importa ao Paraná, ao Brasil e ao Mundo.

Exagera e mente também a publicação do BADEP quando afirma que o Paraná dispõe de florestas naturais com grandes reservas de madeira industrializável. Que o digam os madeireiros que em expressiva e sempre crescente maioria, buscam desde alguns anos, terras paraguaias e matogrossenses para onde transferem suas indústrias de corte e benefício.

Aí a razão de Coelho Neto em suas linhas “. . . o homem não dá pelo mal, tão ávida é nele a cobiça, que só para o lucro tem os olhos. Pobre dele . . . a floresta vinga-se morrendo e onde cai, esplanase o deserto. . .”

Por outro lado, dimensional contribuição emprestou a quem interessar possa, sobretudo às consciências, às arejadas inteligências e às forças vivas enfileiradas no exército da defesa do meio-ambiente, o Centro de Pesquisas Florestais do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal de nosso Estado ao nos legar seu “ESTUDO DAS ALTERNATIVAS TÉCNICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS DO SETOR FLORESTAL DO PARANÁ”, editado em 1974.

Altamente técnico, corretamente planejado, sucinto em sua objetividade, é um trabalho de incomensurável valor científico.

Tributamos nossas reverências aos colaboradores, estagiários, técnicos participantes, cumprimentando o engenheiro florestal, professor Sebastião do Amaral Machado, responsável pela coordenação dessa bíblia que, se nos pesa nas mãos, desanuvia

nossos olhos e ventila nossas mentes, subsidiando-nos em seu labor.

Valemo-nos pois, da obra citada, extrairmos dela o enunciado seguinte: “A mata começou a invadir os campos - no Período Quaternário Antigo - a partir dos declives das escarpas e dos vales dos rios, transformando o Estado do Paraná numa das áreas mais ricas em matas do Brasil, até a poucos decênios.

De superfície aproximada de 201.203 quilômetros quadrados do Estado do Paraná, a mata cobria 168.482 km². Nessa área estão incluídos as orças de mangue das baías, as matas subxerófitas, as de restinga da zona litorânea e as faixas de mata da neblina da Serra do Mar. Se fossem excluídas estas três zonas de vegetação, com 658 km², restariam 167.824 km² para a mata virgem primitiva propriamente dita. NAQUELA ÉPOCA A MATA REPRESENTADA 83,4 por cento do território paranaense. Já em 1965, a mata secundária, inclusive as terras agrícolas, ocupavam o primeiro lugar em extensão com 119.688 km², em consequência da DESENFREADA DESTRUIÇÃO DAS MATAS DESDE 1930, o que corresponde a 59,4 por cento da superfície total do Estado. A MATA VIRGEM OCUPA TÃO SOMENTE 48.136 km², representando 23,9 por cento da área total do Paraná e 28,7 por cento da mata primitiva”.

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES DEPUTADOS.

De posse desses dados é fácil concluir que a continuar o desmatamento irracional impulsionado agora com máquinas de maior rentabilidade para corte, É INEVITÁVEL A NEFASTA DESERTIFICAÇÃO DO PARANÁ, já que o reflorestamento VISA QUASE QUE ATENDER, UNICAMENTE, A DEMANDA MADEIREIRA PARA FINS INDUSTRIAIS, pois é objeto desse processo PLANTAR PARA DERRUBAR, daí a validade do Projeto, sob o julgamento dos nobres pares, CUJA FINALIDADE PRIMEIRA É PRESERVAR IMACULADAS NOSSAS RESERVAS FLORESTAIS.

Voltando à nossa principal fonte de pesquisa, deparamos à página 32: “não se deve tomar como a principal causa de desmatamento ao aproveitamento da madeira para serrarias, pois essa atividade não destrói a mata em sua totalidade. Todas as árvores inaproveitáveis ficam em pé, permanecendo o caráter protetor da mata em relação a circulação da água, embora muitas árvores jovens sejam destruídas pelos trabalhos de corte e transporte” e dada a indiscutibilidade desse ponto de vista, mais uma vez duvidamos da eficácia do reflorestamento como fator de preservação da flora. Verifica-se que a reflorestagem é implantada obedecendo a certos critérios de ordem técnica e o espécime vegetal é semado em área rigorosamente delimitada, em propriedade privada e seguindo a alinhamento observado no plantio de qualquer outra cultura. AS ÁRVORES CRESCEM E EM SEUS ENTREMEIOS NADA NASCE; ATINGIDA A IDADE ESPERADA PARA CORTE, A ÁREA É NOVAMENTE DESNUDADA.

É uma justificativa de peso, palpável, intrínseca.

De nosso conhecimento, é também, SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS, de que “1940 a 1965, foram estabelecidos parques, reservas e hortos florestais, os quais por encontrarem-se distribuídos por todo o Estado e em regiões fitogeográficas distintas, deveriam representar atualmente, a melhor forma de preservação da vegetação e da água mas que infelizmente não mais existem devido a invasão por particulares e por não haverem sido anexadas ao Patrimônio Natural do Estado”.

É drástico o alertamento que fazem os técnicos responsáveis pelos estudos compendiados no Estudo das Alternativas Técnicas, Econômicas e Sociais do Setor Florestal do Paraná quando enfatizam: “baseando-se nos dados de levantamento florestal passado e nos estimamos no presente estudo, chega-se facilmente à conclusão que o futuro das florestas nativas no Paraná NÃO É NADA PROMISSOR, uma vez que essa vegetação

natural, desaparece dia a dia em ritmo acelerado, com o agravamento de que parte dessa riqueza foi e está sendo simplesmente transformada em cinzas, que são rapidamente arrastadas pelas águas, deixando assim o solo desprotegido e sujeitos à ação do intemperismo". Seríamos acusados de redundantes e pleonásticos se comentássemos agora que essa ação desnudadora é fator preponderante da existência das erosões e das deslizamentos das margens de nossos rios.

Chamamos à responsabilidade o Poder Público para que atente o que inserido está na página 213: "... dizem claramente a respeito da cobertura florestal no Paraná, desde suas origens até os dias atuais.

Em 1963 o Estado possuía 6.090.150 hectares com cobertura florestal, o que significava 30,27 por cento de sua área total, estando ainda naquela época dentro dos padrões reconhecidos e remendados internacionalmente, embora essa distribuição fosse irregular dentro do Paraná, com maiores concentrações no Oeste e Sudoeste. DEZ ANOS DEPOIS ESSA COBERTURA PASSOU A 2.379.547 hectares, INDICANDO QUE APENAS 11,83 por CENTO DO ESTADO POSSUI COBERTURA FLORESTAL, significando que desmatados 3.710.603 hectares, correspondendo a 60,93 por cento da cobertura florestal de 1963 e a um ritmo de desmatamento de 371.060,3 hectares por ano na última década".

São conclusões, SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS, de caracteres insofismáveis, indiscutíveis por isso.

E porisso mesmo, pelos atentados que se vem cometendo contra a Mãe Natureza, por filhos desnaturados é que chamamos à responsabilidade o Poder Executivo que olvidando sua autoridade, alheia-se à passividade de órgãos tais como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal provado como incapacitado para o equacionamento desse problema. Existem, nós o sabemos, mecanismos e diretrizes para o refreamento da aniquilação de nossas exângues matas virgens. Entretanto, a falta de mobilidade desses mecanismos os emperram, mostrando o comodismo e a ausência de mãos-de-ferro para funcioná-los.

Urge com premência, sob as penas das condenações impostas aos executantes de crime contra a Terra e contra o Homem, contra a Natureza e contra a Divindade que a gera, que o Governo do Estado do Paraná desvencilhe-se dessa punilanimidade que o caracteriza como conivente dessa odienta omissão.

E se de um lado foi brilhante a iniciativa da instituição da Comissão de Ecologia e Meio-Ambiente nesta Casa, da qual nos orgulhamos em participar; se de um lado tem sido profícua a sua atuação; se de um lado elogiável é a conduta do Deputado Paulo Camargo, ilustre Presidente desta Assembléia em luta constante pela causa que também abraçamos e que é de todos, estranha e inadmissível tem sido a cegueira do Executivo que, se com urgência não posicionar-se de maneira definitiva, incisiva e irreversível como maior responsável que é, tornar-se-á passivo do julgamento popular e sua condenação, sua execração será consumada por essa e pelas futuras gerações, isso por permitir que:

SE DEVASTEM NOSSAS FLORESTAS;
SE SEQUEM NOSSOS RIOS;
SE DESEQUILIBRE NOSSO CLIMA;
SE DIZIMEM NOSSOS PEIXES;
DESAPAREÇA NOSSA FAUNA e
SE TRANSFORME EM DESERTO O PARANÁ QUE
TODOS QUEREM VERDE.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 149/75

De autoria do nobre Deputado Valter Pietrângelo, visa este Projeto de Lei, autorizar o Poder Executivo a declarar de utilidade pública todas as áreas do território paranaense cobertas

por florestas virgens.

A iniciativa é das mais louváveis e trata-se aqui de um plano de lei meramente autorizatório, ficando na dependência do Senhor Governador a sua conversão em lei.

Quanto à oportunidade e conveniência, esta matéria não admite dúvidas e não há nada que possa obstar a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei em exame.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

(aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
FABIANO BRAGA CORTES — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 149/75

AUTOR: Deputado Valter Pietrângelo

Autorizando o mérito do Projeto do ilustres Deputado Valter Pietrângelo que autoriza o Poder Executivo a declarar por meio de Lei ordinária, de utilidade pública, todas as florestas virgens do Estado; nada temos a opor, visto ser o referido projeto de Lei, oportuno como meio de preservação não só das áreas florestais, como também da fauna nelas existentes.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1975.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
LÚCIO MACHADO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 170/75, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública, o Lar dos Velhinhos — Sociedade Beneficente, com sede na cidade de Maringá. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 170/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública, o "LAR DOS VELHINHOS — SOCIEDADE BENEFICENTE", com sede na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que com este plano de lei pretendemos declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela pertinente e, efetivamente, presta relevantes e expressivos serviços à comunidade de MARINGÁ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 170/75

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, visa declarar de utilidade pública, o "Lar dos Velhinhos — Sociedade Beneficente", com sede na cidade de Maringá.

Verificando-se o processo e a justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual e federal reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente
DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 170/75

O Projeto de Lei em epígrafe de autoria do eminente

Deputado Luiz Gabriel Sampaio que visa declarar de utilidade pública o "LAR DOS VELHINHOS", com sede e foro na cidade de Maringá deste Estado; visto os objetivos ser dos mais importantes no que se diz atendimento social, e considerando que a documentação autêntica anexada por si só justifica plenamente a ausência de qualquer oposição desta COMISSÃO; opina este RELATOR pela APROVAÇÃO do mesmo sem qualquer observação.

Este é o nosso Parecer salvo melhor JUÍZO.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1976.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK — Presidente
LÚCIO MACHADO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dalva de Freitas Martins, ocorrido no município de Palmital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Margarida Auer Kapp, ocorrido na cidade de Palmeira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrangelo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, ao jornalista Hélio Duque, pela redação do artigo intitulado "O Exemplo que vem de Santa Isabel do Ivaí", publicado no jornal "Panorama" de Londrina. — Em discussão.

O SR. DÁCIO LEONEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, bem como ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR, objetivando a construção de grupos escolares nos distritos de Ibiracema, Três Barras e Santa Cruz, no município de Catanduvas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, lido em sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo às autoridades responsáveis pela Segurança Pública, no sentido de dote Paranaguá e os demais municípios do Estado, um serviço de Corpo de Bombeiros aparelhado para enfrentar todas as contingências e riscos previsíveis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, lido da tribuna, solicitando votos de agradecimento e louvor, ao Banco Nacional, face à intensa propaganda que vem sendo feita no "Jornal Nacional", sob a chancela publicitária do aludido estabelecimento de crédito, da cidade de Pitanga. — **Deferido.**

A Mesa despacha este ofício, contanto que se comunique a manifestação do Sr. Deputado, pois esta Assembléia não poderá apreciar este tipo de matéria.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, referente a comunicação que dirigiu à Câmara dos Vereadores de Arapongas. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Fica adiada para discussão para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para próxima segunda-feira, dia 19, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 13/76, 14/76 e de Lei nº 173/74.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 15/76 e de Lei nºs 72/75, 149/75 e 170/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 17/76 e de Lei número 84/75.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 164/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2317/76, de 31 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar, MARCOS LÉO DE ALBUQUERQUE VELLOZO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, até 25 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 165/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2321, de 31 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, a NILVA MARTINS MORO, matrícula 497, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 166/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2307, de 31 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a ELIAS PEREIRA, matrícula 417, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 01 de março de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 167/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2296, de 31 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 1/76, a ALFREDO PRESTA, matrícula 057, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

**COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA
PERÍODO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, na Sala de Reuniões das Comissões, com a presença dos Srs. Deputados Jurandir Messias, Gabriel Manoel, Benedito Lúcio Machado e Nelson Buffara. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto: PROJETO DE LEI 143/75, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 89/75, que dispõe sobre o novo Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, objetivando criar cargos que especificam nos Quadros correspondentes dos serviços da Justiça do Estado. Relator Deputado Jurandir Messias, Presidente, que avocou o Projeto, dando parecer FAVORÁVEL, juntamente com os demais membros, exceção do Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, que votou contrariamente ao parecer. Parecer -APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrado os trabalhos da reunião, da qual para constar, eu Elza Carneiro Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

aa) JURANDIR MESSIAS — Presidente
Elza Carneiro Camargo - Secretária

**COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
ATA DA INSTALAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA**

Aos onze dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, cumprindo indicação de suas respectivas lideranças partidárias, compareceram à Sala de Reuniões das Comissões os Srs. Deputados Fabiano Braga Cortes, Jurandir Messias, Gabriel Manoel pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e os Srs. Benedito Lúcio Machado e Nelson Buffara, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a fim de proceder a instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Recursos Humanos. Iniciados os trabalhos, assumiu a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Manoel na forma do Regimento Interno a fim de proceder a eleição. Procedida a votação, verificou-se a reeleição do Sr. Deputado Jurandir Messias para o cargo de Presidente e do Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, para o cargo de Vice-Presidente. Assumindo a Presidência, o Sr. Deputado Jurandir Messias agradeceu em seu nome e em nome do Sr. Vice-Presidente tão honrosa investidura, dizendo que continuará retribuindo à altura dos Srs. membros da Comissão de Recursos Humanos e demais Deputados, deste Poder Legislativo, nos cargos ora reeleitos. Após o que condicionou, que as reuniões da Comissão de Recursos Humanos serão de acordo com a existência de matéria afetas à mesma e que quando tal ocorrer realizar-se-á após a Sessão Plenária, lavrando-se a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente demais membros e por mim, Secretária designada, Elza Carneiro Camargo, a fim de que produza os efeitos legais.

aa) JURANDIR MESSIAS — Presidente
Elza C. Camargo — Secretária

**COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA**

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, na Sala de Reuniões das Comissões, com a presença dos Srs. Deputados: Jurandir Messias, Benedito Lúcio Machado, Gabriel Manoel, Nelson Buffara e Fabiano Braga Cortes. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte projeto: PROJETO DE LEI Nº 23/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 42/76, objetivando criar no Quadro próprio do Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado, cargos que especifica e dá outras providências. Relator Deputado Jurandir Messias, Presidente que avocou o Projeto, dando parecer FAVORÁVEL juntamente com os demais membros. Parecer APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da reunião, da qual para constar, eu, Elza Carneiro Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada é assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

aa) JURANDIR MESSIAS — Presidente
Elza C. Camargo — Secretária

**COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA**

Aos treze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, na Sala de Reuniões das Comissões, com a presença dos Srs. Deputados: Jurandir Messias, Nelson Buffara, Gabriel Manoel e Fabiano Braga Cortes. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado os seguintes Projetos: PROJETO DE LEI 03/76, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 21/76, objetivando acrescer ao artigo 1º da Lei 6.593, de 15 de agosto de 1974, o inciso IV, com redação que especifica. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer FAVORÁVEL, Aprovado. PROJETO DE LEI 06/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 26/76, que dispõe sobre a incorporação das gratificações de que tratam os itens II e III, do artigo 172, da Lei 6174, de 16/11/70, aos proventos dos servidores do Estado em futuras aposentadorias. Relator Deputado Jurandir Messias, Presidente, que avocou o Projeto, dando parecer FAVORÁVEL juntamente com os demais membros. Parecer APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Elza C. Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada é assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

aa) JURANDIR MESSIAS — Presidente
Elza C. Camargo - Secretária